



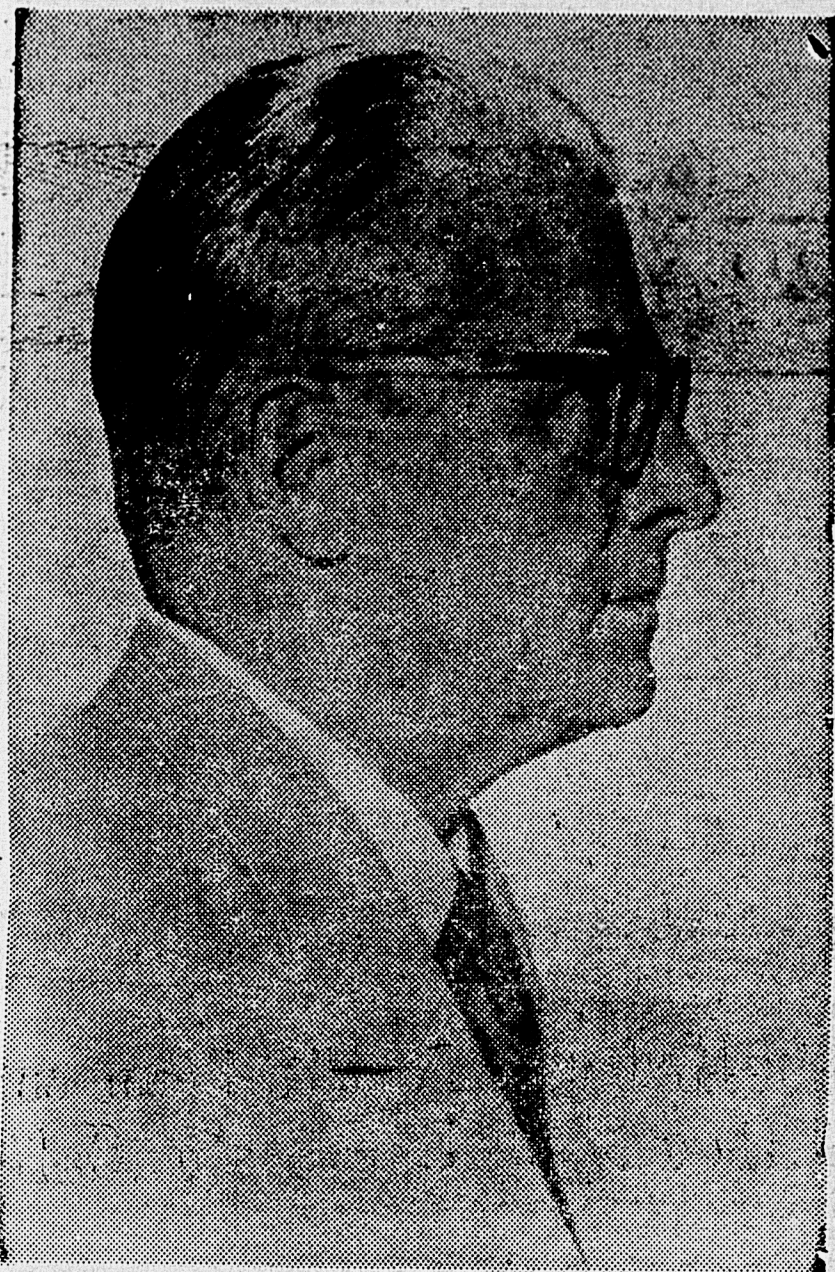
EM ENTREVISTA ESPECIAL A PEDRO MOTTA LIMA

Ademar de Barros Exalta A Coligação Nacionalista

((NA PÁGINA CENTRAL))



O SR. ADEMAR DE BARROS FALANDO A PEDRO MOTTA LIMA



ENCONTRA-SE, desde ontem, em visita ao nosso país o Presidente da Itália, sr. GIOVANNI GRONCHI. Numerosas homenagens estão sendo programadas em honra do ilustre visitante, tanto por parte do governo brasileiro como da colônia italiana residente entre nós. Durante a estada do presidente Gronchi no Brasil deverão ser assinados diversos acordos de natureza econômica e política entre o nosso país e a Itália

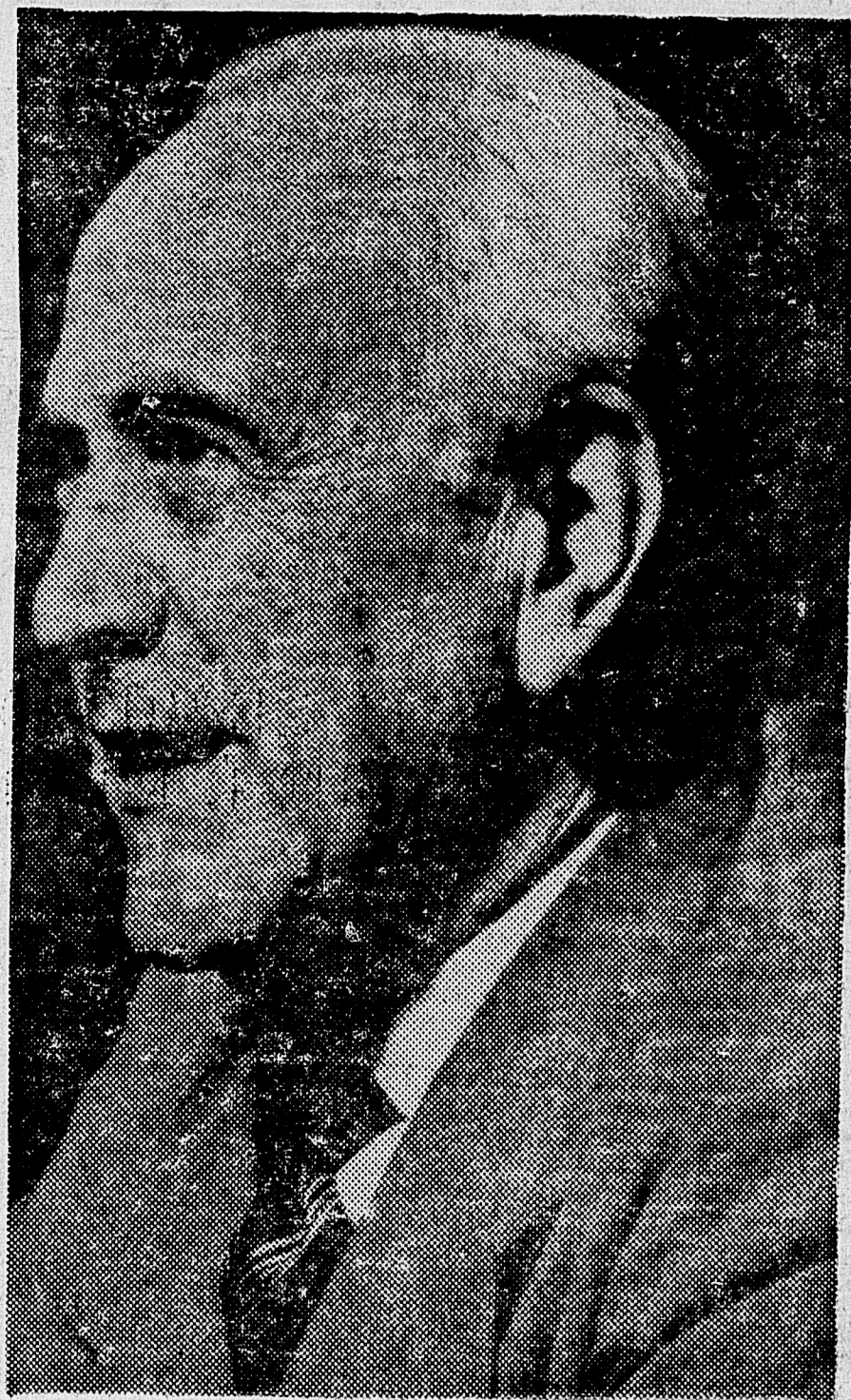
VOZ OPERÁRIA

Nº 488 ★ RIO DE JANEIRO, 6 DE SETEMBRO DE 1958

Artigo de Oswaldo Aranha:

8 ARGUMENTOS IRRESPONDÍVEIS PELO REATAMENTO COM A URSS

(Na 4.a Página)



Moção dos Trabalhadores Cariocas: **Confie o Governo nas Forças do Povo** (Leia na nona página)



Com a participação de cerca de cem delegados de diversos Estados, foi realizado com êxito o I Congresso Nacional dos Trabalhadores na Aviação Comercial. Na foto, um flagrante da sessão solene de encerramento, vendo-se, sob a presidência do sr. João Goulart, a mesa que dirigiu os trabalhos, e o ex-senador Luis Carlos Prestes falando aos congressistas (Noticiário na nona pag.)

Leia

Os trabalhadores e as eleições (Editorial na 3ª pag.)

A exportação de manganês ameaça o futuro de nossa indústria (na 5ª pag.)

As mudanças no IBC põem em risco a política do café (Na última pag.)

Em que consiste o "Problema de Formosa" (Comentário Internacional, na 2ª pag.)

O FOGUETE DO CORVO

(Na 3.a Página)

GOIAS: Apoio dos nacionalistas à candidatura de CESAR BASTOS (Na 5a página)

INSTRUÇÕES PARA 3 DE OUTUBRO
Como Será Realizada a Votação Com Cédulas Únicas e Comuns
Caso em que o eleitor poderá votar mesmo sem apresentar o título — As mesas receptoras — Início e encerramento dos trabalhos
(LEIA NA PÁGINA CENTRAL)

Porque Insiste a União Soviética na Imediata Evacuação Das Tropas



ONDA DE RACISMO NOS EE. UNIDOS E INGLATERRA

Assume características cada vez mais sérias a nova onda de discriminação racial nos Estados Unidos. Ante a feroz pressão dos racistas, tremem as autoridades, os tribunais e os próprios altos governantes norte-americanos.

O juiz federal Harry Lemloy tomou uma decisão a longo prazo contra a chamada integração racial, isto é, a admissão de alunos de cor nas escolas de Arkansas, proferindo-a por 2 anos.

Por sua vez, a Junta de Educação resolveu adiar o início das aulas na Escola Superior de Arkansas até o dia 15 de setembro, aguardando decisão do Supremo Tribunal.

O governador de Arkansas, o já famigerado racista Orval Faubus, declarou taxativamente: "Resistirei ao empenho de qualquer força para a integração em qualquer escola de Arkansas".

Assim, tanto o executivo como o poder judiciário do Estado de Arkansas estão unidos contra os homens de cor, que são mais de 15 milhões nos Estados Unidos.

Vale recordar também que a justiça de Arkansas já havia aprovado um projeto de lei autorizando o governador Faubus a fechar a Escola Secundária Central, caso seja ordenada pelo tribunal federal a integração dos alunos de origem negra.

Não há dúvida que estamos em face de magníficos exemplos de como os super-homens norte-americanos vêem a maior parte do gênero humano, que é composto de homens de cor. E se apresentam como "líderes" do que chamam de "mundo livre", dentro do qual incluem muitos povos coloniais e semicoloniais que não são brancos.

Note-se que os acontecimentos do Estado de Arkansas não são um episódio isolado nos Estados Unidos. Nesses dias mesmo, neste começo de ano escolar, em outro Estado americano, Illinois, na cidade de Colp, uma escola elemental reiniciou seus cursos com apenas 60 alunos. Todos os pais brancos retiraram seus filhos, matriculando-os em escolas "só para brancos" e levando à falência a escola mista de brancos e negros.

E assim é que, segundo a Constituição dos Estados Unidos, os negros têm o direito "constitucional" de frequentar aulas.

Na Inglaterra

Na Inglaterra também rebentaram sérios conflitos raciais na semana passada. Em Londres, jovens racistas percorreram a cidade prendendo negros e asiáticos a espancando-os barbaramente.

O mais grave conflito ocorreu porém na cidade de Nottingham, na noite de 23 de

agosto. Centenas de trabalhadores brancos e negros e asiáticos lutaram ali durante várias horas.

O motivo imediato que fez explodir esta luta é o desemprego que ameaça indistintamente a brancos e negros na Grã-Bretanha. E a "saída" que os trabalhadores brancos encontram para não serem lançados à miséria pelos patrões é atacar os trabalhadores de cor, em geral procedentes das colônias britânicas.

Vivem na Inglaterra cerca de 200 mil homens de cor, negros e asiáticos, originários sobretudo das Antilhas britânicas.

Como acontece nos Estados Unidos, reacionários ingleses estão propondo a aprovação de leis contra os trabalhadores negros. Um parlamentar do Partido Conservador (o partido do governo Mac Millan), Norman Pannel, tomou a iniciativa de estabelecer restrições legais à entrada de trabalhadores negros e asiáticos na Inglaterra.

Mas, como as condições de vida e trabalho nas colônias (e Domínios) britânicas são próximas ao regime servil, uma porcentagem de trabalhadores é obrigada a emigrar para a Inglaterra, em busca de melhores condições de existência.

"Estamos lançando as sementes de outra Little Rock" — afirmou o parlamentar inglês Cyril Osborne, racista declarado, mas que prevê se houver desemprego em larga escala na Inglaterra os brancos serão jogados contra os negros e homens de cor em geral.

Um jovem negro de 17 anos morto por um policial

Um jovem negro norte-americano, Gus Foster, de 17 anos, foi abatido a tiros de revólver, na noite de quarta para quinta-feira da semana passada, em Montgomery, Estado de Alabama.

Montgomery é uma das cidades dos Estados Unidos onde os negros têm travado nos últimos tempos uma luta decidida contra a separação das pessoas de cor nos transportes públicos.

O tiro que assassinou Gus Foster não foi casual. A polícia tinha sido chamada contra o jovem sob a alegação de que este teria importunado pelo telefone uma mulher branca, propondo-lhe um encontro amoroso. A mulher tratou de prolongar a conversa telefônica a fim de permitir à polícia surpreender o jovem na cabine do restaurante onde se encontrava.

Mais uma vez a justiça americana se colocou ao lado dos racistas. O juiz mandou libertar o policial assassino, afirmando tratar-se de um "homicídio justificável".

A 22 de agosto, ainda em Nova York, o Ministro do Exterior da União Soviética, Andrei Gromiko, chefe da delegação soviética à sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU, concedeu uma entrevista à imprensa sobre os resultados da referida sessão.

Gromiko disse inicialmente que a delegação soviética estava satisfeita com os resultados da sessão da Assembléia Geral, uma vez que foi aprovada uma decisão sobre o problema discutido, a qual constitui um importante passo no sentido do alívio da tensão no Oriente Próximo e Médio, provocado pela agressão dos Estados Unidos e Inglaterra contra o Líbano e a Jordânia.

A decisão da Assembléia — acrescentou Gromiko — refletiu a vontade dos povos, que exigiram e exigem a imediata retirada das tropas estrangeiras do Líbano e da Jordânia,

pois nela se fala expressamente da necessidade de evacuar-se em breve prazo as tropas dos EE. UU. e da Inglaterra do território desses países. Não há subterfúgios nem engodos que consigam iludir este fato, e toda tentativa de dar qualquer outra interpretação ao conteúdo da resolução está destituída de base.

É suficiente conhecer os discursos dos participantes da sessão para ver que a esmagadora maioria das delegações, inclusive de representantes dos países vizinhos dos Estados Unidos, de maneira bastante consoladora se pronunciaram pela evacuação das tropas anglo-americanas. Os vizinhos dos Estados Unidos também sabem o que significaria para seu próprio destino até mesmo a aprovação indireta da intervenção armada dos Estados Unidos nos assuntos domésticos de outros países, já sem falar na aprovação direta.

esta pergunta. Os países do Oriente Próximo e Médio são nossos vizinhos, e, por isso, o Estado soviético, todo o nosso povo não é indiferente ao que ocorre nesta zona. A presença de tropas estrangeiras no território dos países do Oriente Próximo e Médio, a criação ali de bases estrangeiras e toda sorte de intrigas que constituem um perigo de violação da paz nessa zona, representa uma ameaça direta à segurança da União Soviética. Estamos convictos de que somente os cégos, ou os que conscientemente fecham os olhos a uma situação da fato, não vêem isso.

A União Soviética leva em conta igualmente que a tensão nesta zona, e, além disso, a violação da paz, é uma ameaça à causa da paz universal.

Este o motivo por que a União Soviética assume uma posição tão firme nesta questão, porque reiteradamente chamou a atenção dos governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e de muitos outros países para o perigo da situação criada no Oriente Próximo e Médio.

Tudo isso — concluiu Gromiko — permite-nos externar satisfação pelos resultados da sessão extraordinária da Assembléia Geral, convocada por proposta da União Soviética, e a qual, como destacou a delegação soviética, já ontem, na reunião de encerramento, fez uma coisa bastante útil.

Condenada a intervenção

Ao adotar a proposta dos 10 países árabes, a Assembléia condenou decididamente a intervenção estrangeira nos assuntos internos dos países do Oriente Próximo e Médio; não somente não apoiou as ações daqueles que violando a Carta de nossa organização, empreenderam a intervenção armada nos assuntos internos de dois Estados árabes soberanos, como, ao traduzir a vontade da esmagadora maioria dos países, se pronunciou por que os assuntos internos dos povos árabes devam ser resolvidos por esses próprios povos.

Jogo desfeito

A seguir, Gromiko acrescentou: — A resolução aprovada pela Assembléia Geral demonstra que a esmagadora maioria de seus participantes repeliu as tentativas dos Estados

Unidos e Inglaterra de obter aprovação de suas ações militares ou, pelo menos, a aprovação de sua linha de ocupação indefinida do Líbano e da Jordânia.

Unidade árabe

É necessário destacar mais um importante aspecto da resolução aprovada pela Assembléia Geral da ONU — disse Gromiko. — Esta resolução demonstra que os países árabes deram um bom passo no sentido de sua unidade. Esta experiência mostra que existe possibilidade para a efetivação da unidade dos países árabes quando à base de suas ações se encontram os interesses da paz, os interesses nacionais dos povos árabes, e não interesses alheios, de círculos estrangeiros, que encaram o Oriente Médio com objetivos expansionistas.

Esperamos que esta experiência contribuirá para a coesão dos Estados árabes, à

base da defesa e fortalecimento de sua independência e soberania. Precisamente isto, e somente isto almeja a União Soviética aos povos árabes, vitalmente interessada em que a zona do Oriente Próximo e Médio seja uma zona de paz sólida, e não um lugar de intrigas imperialistas e provocações bélicas, onde já no decurso de vários anos se acumula mais material inflamável e, consequentemente, intensifica-se o perigo de explosão, podendo acarretar sérias consequências para a causa da paz.

Razões da atitude da URSS

Depois de outras considerações, Gromiko disse: — Muitos podem indagar como, se explica que a União Soviética ocupe uma posição tão firme na questão da evacuação das tropas dos Estados Unidos e Inglaterra no Oriente Próximo e Médio e insiste na necessidade de sua retirada imediata. Parece-nos não ser difícil responder a

Crônica Internacional

EM QUE CONSISTE O «Problema de Formosa»

Volta à ordem do dia o chamado "problema de Formosa", a ilha chinesa de Taiwan, em cujo estreito que a separa da China continental se trava neste momento uma intensa luta pela posse das ilhas de Quemoi e Matsu.

O "problema de Formosa" foi criado única e exclusivamente pelos imperialistas norte-americanos. Quando Chiang Kai-shek, escuraçado pelos exércitos populares de Mao Tse-tung, fugiu da China continental, em 1949, refugiou-se em Taiwan. Imediatamente o colocaram sob sua guarda, juntamente com sua camarilha, os militaristas dos Estados Unidos. A Formosa foram enviadas tropas norte-americanas. A VII Esquadra passou a "proteger" a importante ilha, a fim de manter o chamado "governo nacionalista" do bando de Chiang. Na prática, Formosa tornou-se uma base militar, parte integrante dos planos globais da estratégia norte-americana, a milhares de quilômetros do território dos Estados Unidos. É hoje uma posição agressiva dos imperialistas contra a China Popular.

Era uma questão de honra e dignidade nacional não se conformarem os chineses com esta descarada ocupação de um território tradicionalmente seu. Os governantes da China Popular, em nome de 600 milhões de chineses, declararam reiteradamente que jamais admitiriam como um fato consumado a ocupação de Formosa (Taiwan). Sua libertação dependia da marcha dos acontecimentos, do fortalecimento do poderio da China Popular, da necessária concentração de forças para uma empresa vitoriosa. O governo de Mao Tse-tung propôs aos Estados Unidos resolverem a questão por meios pacíficos. Com esse objetivo iniciaram-se conversações, no nível de embaixadores, em Genebra. As conversações se prolongam há aproximadamente dois anos e serviram apenas para confirmar que os Estados Unidos pretendem manter a posse da grande ilha chinesa.

Os fatos que se desenrolam neste momento em relação à Formosa são uma nova fase do problema. Depois de terem desembarcado seus fuzileiros no Oriente Próximo — junto às fronteiras da União Soviética — os imperialistas norte-americanos (acolitados na surdina pelos ingleses), passaram a concentrar forças navais, aéreas e terrestres nas bases britânicas do Extremo Oriente — Singapura e Hong Kong. Esses movimentos de forças vinham sendo denunciados há dias, quando se iniciaram as hostilidades no estreito de Formosa. O governo de Mao Tse-tung tomava

uma medida legitimamente defensiva em relação à China continental, alvo de constantes incursões dos piratas de Chiang Kai-shek, armados pelos Estados Unidos. Iniciou-se então, nos últimos dias de agosto, uma vigorosa ação de bombardeio dos grupos de ilhas de Quemoi e Matsu, localizadas no estreito que separa a China de Formosa.

Imediatamente, a propaganda das agências telegráficas a serviço dos imperialistas espalhou vagas vagas notícias sobre a ofensiva das forças do Exército popular de libertação da China, sem fazerem a menor alusão à anterior concentração de tropas, navios de guerra e aviões dos Estados Unidos e Inglaterra em Singapura e Hong Kong. O cinismo dos governantes americanos chegou ao cúmulo de falarem de "expansionismo" da China popular. Quando são os Estados Unidos que ocupam pela força das armas uma parte do território chinês. Os chefes militares americanos lançaram ameaças no velho estilo. Um telegrama da UPI, de Washington, afirma que se cogita inclusive do lançamento de bombas atômicas sobre a China.

Isto significa que se criou realmente uma situação ameaçadora no estreito de Formosa. Ameaçadora para o Extremo Oriente e para o mundo. Se os Estados Unidos se consideram obrigados com o governo fantoche de Chiang Kai-shek, expulsos da China há nove anos e que não representam nem sequer os chineses de Formosa, a União Soviética tem uma aliança de ajuda mútua e colaboração com a República Popular da China, com o governo legítimo e de fato dos 600 milhões de chineses. Recentes e taxativas declarações do "Pravda" e "Izvestia" — respectivamente órgão do Partido Comunista e do governo da URSS — não deixam a menor dúvida de que a União Soviética irá em ajuda à China, no caso de uma intervenção armada dos Estados Unidos na questão de Formosa. Trata-se de um problema interno da China e que os próprios chineses devem resolver. Se eclidir uma situação grave, se irromper uma guerra — que poderá alastrar-se perigosamente a todo o mundo — a responsabilidade por isso cabe aos imperialistas norte-americanos.

As simpatias de todos os povos estão ao lado da República Popular da China, do grande povo chinês, que aspira apenas à integração de um território seu e quer viver independente e livre.

Os Trabalhadores e as Eleições

Um dos aspectos característicos da campanha eleitoral é a acentuada disputa dos votos dos trabalhadores. É compreensível que isto ocorra, se levarmos em conta o peso crescente da votação operária no eleitorado das grandes cidades, e ainda mais, o papel destacado do movimento operário na vida política do país.

Os trabalhadores brasileiros puderam adquirir uma larga experiência nos anos de luta política do pós-guerra. Tiveram várias oportunidades para comprovar na prática a ação dos homens e dos partidos. Assim, apesar da mascarada demagógica de vários candidatos e do caráter contraditório que apresentam certas alianças eleitorais, não é tão difícil aos trabalhadores distinguir os amigos dos inimigos, saber de que lado se situam seus interesses.

O mais importante nos parece compreender que os interesses da classe operária, nesta jornada eleitoral, estão do lado das forças políticas que lutam pelo progresso do país, pela emancipação nacional, do domínio dos trusts, pela consolidação e ampliação da democracia. Na luta política, os trabalhadores não podem isolar-se numa posição exclusivista, a pretexto de defender apenas os interesses específicos de sua classe. A experiência já comprovou que o avanço do movimento operário, a conquista de novos direitos para os que trabalham, dependem também dos êxitos obtidos no plano político pelas forças nacionalistas e democráticas. A cada vitória do nacionalismo sobre os monopólios estrangeiros, a cada passo no sentido da democracia, surgem condições mais favoráveis para o movimento operário. Assim ocorreu em 1950, com a derrota de Dutra e da UDN e com a eleição de Vargas. Assim ocorreu em 1955, com a derrota do grupelho udeno-golpista de Café e Juarez.

QUALQUER afastamento dos trabalhadores do bloco de forças nacionalistas e democráticas enfraqueceria este bloco, daria margem a vitórias do entreguismo e da reação e redundaria, em última análise, na conquista de posições pelos inimigos da classe operária.

COM esta compreensão é que os trabalhadores paulistas se dispõem a apoiar a candidatura do sr. Ademar de Barros. Embora não seja um trabalhador, mas ao contrário, um político saído das fileiras da burguesia, o sr. Ademar de Barros comprometeu-se publicamente com forças po-

pulares como o PTB e os comunistas. Seus companheiros de chapa são homens ligados aos trabalhadores, como Porfirio da Paz e Frota Moreira. Já Carvalho Pinto não pode iludir ninguém: é o candidato do grupo ultra-reacionário da UDN, o favorito do «Estado de São Paulo» e da oligarquia latifundiária e entreguista tão odiada pelo povo paulista.

Do mesmo modo, um operário consciente de Recife não pode hesitar entre Cid Sampaio e Jarbas Maranhão. Cid Sampaio é um industrial, e a propaganda etelvinista bate nesta tecla para tentar incompatibilizá-lo com os trabalhadores. Mas o que o operário não pode esquecer é a sua condição de nacionalista e democrata, de homem interessado no progresso econômico de Pernambuco e que não recusa aliarse abertamente com as forças populares e operárias. Do outro lado, porém, por trás do pequeno-burguês Jarbas Maranhão governaria feroz camarilha reacionária de Etelvino Lins, que há dezenas de anos mantém Pernambuco no atraso, tortura presos políticos e sufoca o movimento operário.

COM a vitória eleitoral das coligações nacionalistas e democráticas, sairá também vitorioso o movimento operário e pode-se prever que aumentará grandemente sua influência na vida política do país.

Nas presentes condições do Brasil e do mundo, a aplicação de qualquer política nacional e popular exige o apoio e a participação da classe operária. Tendo seus interesses vitais ligados ao desenvolvimento independente do país, os trabalhadores não podem abster-se de intervir diretamente nos assuntos do Estado. Outro aspecto importante da atual campanha eleitoral é, portanto, a participação direta dos trabalhadores na competição política, a luta para eleger candidatos representativos do movimento operário. Ao mesmo tempo que se unem a forças políticas de outras classes e camadas sociais, para a defesa dos interesses gerais da nação, os trabalhadores se empenham também em eleger legítimos mandatários do movimento operário, combatendo forjados ao fogo das lutas sindicais e políticas. Elegendo líderes operários, os trabalhadores asseguram a defesa dos seus interesses específicos nos órgãos legislativos e, simultaneamente, contribuem para a consolidação da frente nacionalista e democrática, que tem no movimento operário um dos seus alicerces mais firmes.

O FOGUETE DO CORVO

A grande preocupação de Lacerda é quanto ao resultado do pleito de outubro. O que ele teme é uma clamorosa revelação de desprestígio a se manifestar através de um considerável decréscimo de votos. Com efeito, os eleitores aprendem a votar votando, e desta regra não escapam os cidadãos que em mais de uma vez levaram o Corvo a postos eleivos, confundidos pelo malabarismo desse herói de ope-reta.

Sabe-se que a tentativa, por sinal frustrada, de ver seu nome indicado pela UDN para o governo do Estado do Rio, constituiu manobra com o objetivo de fugir do teste de outubro no Distrito Federal.

Na campanha atual nenhum acontecimento calamitoso colocou o sr. Carlos Lacerda em posição de destaque. Falta-lhe, desta vez, a exploração do cadáver do major Florentino Vaz e temos assim o Corvo deslocado.

Seus discursos de propaganda, feitos no «caminhão do povo», também chamado caminhão do lixo ou poleiro do Corvo, suas arengas na Câmara e os artigos no jornal que dirige denotam desorientação. Temes agora o pobre rapaz a anunciar, a título de sensacionalismo, o próximo fim do governo do sr. Juscelino Kubitschek. O fim? Como, quando e por quê? Lacerda não se explica. Deixa tudo no ar. Como demagogo, sente a necessidade de fazer oposição eleitoral. Mas o que há efetivamente a se combater no governo do sr. Kubitschek Lacerda não pode denunciar, pois na verdade está de acordo com a tendência entreguista de algumas pessoas que ocupam na administração postos importantes. Por isso mesmo, em seus ataques apalhafados ao «doidivanas de Brasil a», sempre encontra um jeito de poupar ou, até mesmo, de elogiar um entreguista do naipe do sr. Lucas Lopes, como portador (CONCLUI NA 9ª PAG.)

Independência do Brasil

O povo brasileiro festeja, amanhã, mais um aniversário da proclamação da independência do nosso país. Nessa data, há 136 anos atrás, deixávamos de ser colônia de Portugal e se abriam novos e mais amplos caminhos para o desenvolvimento econômico, político e cultural do Brasil.

Entretanto, e apesar de toda a significação que tem esse acontecimento em nossa história, não deixou com isso o Brasil de ser um país dependente das grandes potências capitalistas. Desde o século passado até às primeiras décadas do século atual, encontravam-se a economia e a vida política do nosso país sob a influência dos grandes monopólios da Inglaterra. Ultimamente, sobretudo a partir da segunda guerra mundial, passou o Brasil a ser colocado sob a dependência do imperialismo norte-americano, que detém em suas mãos numerosas posições-chave de nossa economia e exerce ruínoza influência sobre o governo e o aparelho estatal. A penetração e a influência dos monopólios dos Estados Unidos em nossa pátria se fazem através de suas agências nos diversos setores da sociedade brasileira — os entreguistas — sobretudo no seio do próprio governo. Esse é o fator que impede, hoje, ao Brasil o pleno exercício de sua independência política, conquistada em 1822.

O povo brasileiro jamais se submeteu a essas limitações à sua soberania nacional. Ao contrário, sempre lutou com bravura pela sua efetiva independência, contra a dominação das potências imperialistas e seus serviços. Essa luta atinge em nossos dias o seu ponto mais alto e se expressa na existência do movimento nacionalista, em que se reúnem homens e mulheres das mais variadas convicções e tendências políticas, dispostos a lutar ombro a ombro, como patriotas, para que se liberte o Brasil do imperialismo norte-americano e possa, assim, desenvolver-se economicamente e figurar ao lado dos outros países como uma nação realmente independente.

Neste 7 de setembro, mais do que em qualquer outro momento da nossa vida como nação, é imperioso que se unam todos os verdadeiros patriotas em torno da defesa da independência nacional. Através de seus agentes, o imperialismo norte-americano lança mão de todos os recursos para nos manter sob a sua dominação econômica e política. Agora, em face das próximas eleições, tenta conquistar postos decisivos, tanto nos governos estaduais como no Parlamento. É necessário que, coesos, saibam os patriotas derrotar a suas manobras, assegurando a vitória dos candidatos nacionalistas.

Os triunfos obtidos pelo movimento patriótico nos últimos anos e a disposição de luta e unidade manifestada pelo nosso povo são uma garantia de que, num curto prazo, consolidaremos a conquista que se iniciou em 7 de setembro de 1822: a independência nacional.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

A licença de JK, a «selva selvaggia» e o livre acesso ao éter

Anda cada vez mais escasso o comparecimento à Câmara. E a crise tende a se agravar.

Diante desse fato é bom que se analise a situação. Nada há de anormal nessa baixa de frequência. Os deputados andam pelo interior em campanha política. Tratando-se de representantes do povo, é compreensível que intensifiquem nestes dias os contatos com seus mandatários. Se alguma coisa existe passível de reparo é que, fora dos períodos de cada de votos essas visitas não sejam mais repetidas.

Entretanto, se é certo que a ausência de deputados não constitui anormalidade, convém reconhecer que não tem sido eficiente a atuação das lideranças em face do fenômeno de véspera de eleição que é a falta de quorum. A começar pela liderança da maioria.

Licença para JK

É ilustrativo o caso da tentativa de obtenção de licença para afastamento do presidente da República do espaço aéreo nacional. Vamos ao fato. Concluído, nas comissões, o trabalho relativo ao Plano de Classificação de Cargos dos funcionários civis, o líder da maioria reuniu a reportagem e fez declarações sobre a matéria. Declarações extremamente insensatas.

Cedendo à pressão do ministro da Fazenda, resolveu o sr. Armando Falcão, em nome do governo, excomungar o Plano, como alguma coisa capaz de arrastar a rápida naufrágio financeiro a nau do Estado. No momento em que ainda não eram conhecidas, nem aproximadamente, as repercussões das 90 emendas aprovadas quanto ao montante da despesa acarretada pelo Plano, já o líder fazia afirmações imaginárias. Além disso ofendeu os deputados dos diversos partidos, inclusive do seu próprio partido e de outros componentes de sua grei. Como? Admitindo que tivessem trabalhado nas comissões técnicas sob imposição eleitoral, às vésperas do pleito de outubro.

Depois de provocar esse descontentamento, passou a agir com o objetivo de conseguir número para a votação da licença necessária ao afastamento do presidente da República, de viagem marcada para a Argentina. E não obteve coisa alguma da grei melindrada.

Uma troca de cartas entre os srs. Juscelino Kubitschek e Armando Falcão deu o toque final da história desse mal-

gro. As últimas linhas da carta do presidente da República ao seu «leal e atento líder» foram simplesmente melancólicas: «Lamento ter de tornar público que prefiro adiar uma visita de tão alta significação. Agradeço a todos os dignos deputados que atenderam à convocação da liderança».

Esforço inútil

É aos que não conseguiram atender à convocação inoportuna, nenhum agradecimento? Vejamos, por exemplo, o caso do sr. Fernando Ferrari.

O sr. Ferrari é, no bom sentido, o tipo do crente. É um moço de austeridade extraordinária. Como parlamentar trabalha bastante. Não é de admirar, portanto, que o sr. Fernando Ferrari, surpreendido num rincão da campanha gaúcha pelo telegrama em que o sr. Falcão o convocava, tivesse levado o apelo e a própria viagem presidencial muito a sério. O despacho, honrando uma tradição do Telégrafo nacional, chegou com 24 horas de atraso. Estava o destinatário em Itai, a 700 quilômetros de Porto Alegre. Que fez o sr. Fernando Ferrari? Tocou-se de jipe, rumo a Santa Catarina, em busca do avião de carreira mais próximo, que no entanto não conseguiu atingir a tempo. Só depois dessa inútil diligência soube da carta do sr. Kubitschek, que preferiu continuar viajando aqui mesmo, em território brasileiro, nas andanças que não exigem permissão do Congresso.

Outra viagem

Outra viagem presidencial, contudo, provocou preocupações. Foi a do sr. Gronchi. Temia-se que o chefe da nação italiana viesse a ser recebido no plenário da Câmara por uma compacta floresta de cadeiras vazias, verdadeira «selva selvaggia, che nel pensier rinnuova la paura». A Câmara compõe-se de 386 representantes, dos quais estão permanecendo atualmente no Rio cerca de trinta. Os senadores não ajudariam muito a dar número.

Palestrando com deputados e jornalistas sobre esse problema, mostrou-se o sr. Ranieri Mazzilli preocupado. Houve quem sugerisse, fazendo «blague», que os jornalistas, encardados em roupas severas, fossem utilizados para suprir os claros, como nos banquetes do Itamarati, onde o pessoal

da casa, melido apressadamente em casacas, substitui os convidados faltosos.

Ordem do dia

Não houve número, no começo desta semana, para votação do veto ao projeto que estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e paraestatais da União vantagens atribuídas a outras categorias de servidores. Ao mesmo tempo cogitou-se de votar uma resolução determinando o estabelecimento de uma ordem do dia constante apenas de trabalhos de comissões.

Mas, ao se examinar o assunto em face do regimento interno, verificou-se que também faltava número para votar essa deliberação...

Rádio e TV

Baixando Instruções Suplementares sobre o próximo pleito, o Tribunal Superior Eleitoral deu remédio legal ao caso da oposição, que reclamava livre acesso ao rádio e à televisão.

Em muitos setores governistas a decisão foi recebida com surpresa. Esperava-se um pronunciamento menos democrático.

Por outro lado, opositoristas do tipo do sr. Carlos Lacerda perderam a posição de vítimas. Já não poderão alegar, agora, desigualdade de tratamento. Coisa terrivelmente incômoda para o Corvo.

Passam os opositoristas, em concorrência com os governistas, a travar a batalha dos preços. As tabelas são altas. Em algumas estações paga-se mil cruzeiros por minuto, para ter acesso ao éter. Noutras, setenta mil cruzeiros por fração de quinze minutos.

Tudo legal... Quem tiver dinheiro bastante usará esses maravilhosos meios de propaganda que a Constituição assegura, dentro do estilo e da concepção capitalista de liberdade. Qualquer candidato, desde que pague a tanto por minuto, poderá iludir à vontade os ouvintes.

Até mesmo a verdade, com seus aspectos dialéticos do equívoco e a sabedoria, com suas doses infalíveis de ignorância, poderão ter vez, depois de publicadas as Instruções Suplementares. Contanto que se respeite a tabela, em toda a sua rigidez.

Artigo do embaixador Oswaldo Aranha na «Revista Brasileira de Relações Internacionais»

E Irrisório Tentar Evitar Relações Diretas Rio-Moscou

A «Revista Brasileira de Política Internacional», órgão do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, publicou em seu número 2, correspondente a junho deste ano, um importante artigo do Embaixador Oswaldo Aranha sobre a necessidade de o Brasil manter relações não só comerciais como diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Oswaldo Aranha tem uma longa experiência na política exterior do Brasil, tendo ocupado a pasta das Relações Exteriores em momentos difíceis da vida do país. Foi também Ministro da Fazenda e da Justiça e, mais recentemente, foi levado ao posto de Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ONU, de acordo com o espírito da Carta desse organismo internacional, o sr. Oswaldo Aranha defendeu princípios em favor da coexistência pacífica entre os povos, da solução por meios pacíficos dos problemas internacionais pendentes. Por sua posição democrática, o sr. Oswaldo Aranha goza de merecido prestígio e, mesmo sem ocupar atualmente qualquer cargo público, sua voz tem repercussão quando se discutem questões de política internacional. Daí o destaque que damos hoje ao seu mencionado artigo, do qual extraímos textualmente os principais trechos.

Embora tratando de um tema específico — as relações entre o Brasil e a URSS — o sr. Oswaldo Aranha advoga seriamente uma política exterior independente para o Brasil. E não há dúvida que um dos principais atos reclamados por essa política será o restabelecimento das nossas relações com a União Soviética.

Em seu artigo, o Embaixador Oswaldo Aranha trata inicialmente do interesse existente entre a opinião pública pelo restabelecimento das relações entre o Brasil e a União Soviética. Afirma que este interesse é indicativo da plena consciência da nossa maioria para a vida internacional. E acrescenta: «Em certo sentido mesmo a política interna passa a tomar a iniciativa, mostrando-se inconformada com a orientação que prevalece na condução da nossa diplomacia, aparentemente imobilizada ou desdenhosa das transformações que vão ocorrendo no mundo inteiro».

Refere-se, depois, de passagem, às «divergências que a respeito existem no seio do governo» e à «indecisão que este vem manifestando para tomar uma atitude firme e definitiva».

A seguir, Oswaldo Aranha apresenta uma série de argumentos irrefutáveis:

1 «O Brasil foi aliado da União Soviética, na última guerra e, nessa qualidade, a ele se associou para a fundação das Nações Unidas, na histórica Conferência de San Francisco. Como decorrência lógica dessa posição, entramos em relações diplomáticas normais com a União Soviética, em 1945, relações que decorreram com regularidade durante cerca de três anos, até o rompimento verificado em outubro de 1947. É importante não esquecer que, no

momento em que estabelecemos relações com os russos, esse fato foi considerado como normal e inevitável, explicado pela situação do mundo após a catástrofe da guerra e pela posição particular do Brasil no jogo dos acontecimentos».

2 «É igualmente importante relembrar que o rompimento das nossas relações com a União Soviética, em 1947, não resultou de qualquer pressão popular ou ação dos partidos políticos. Por outras palavras, o rompimento não foi imposto ao governo por nenhuma contingência de política interna».

3 «Por sua extensão territorial, por sua população, por seu desenvolvimento econômico, por seu progresso cultural, o Brasil está hoje situado entre as dez nações mais importantes e poderosas do mundo, tudo indicando que essa colocação tende a melhorar em futuro não remoto. Ora, não deixa de ser extravagante que o Brasil, dentre as grandes nações, seja a única que não mantém relações diplomáticas com a União Soviética. Seria estultório pretender que, a esse respeito, os Estados Unidos, a Grã Bretanha, a França, a Itália, o México, a Argentina, estivessem errados e somente o Brasil, inexplicavelmente, estivesse certo».

4 «O Brasil não é somente uma das dez nações mais importantes dentre as oitenta e duas que compõem as Nações Unidas. Ele é também um país que se industrializa a passo acelerado. Industrialismo e isolamento são concepções inconciliáveis. Um país industrial é um país que compra matérias primas no mundo inteiro, como o Brasil já o faz na Indonésia e na Tailândia. Um país industrial é um país que, sob pena de perecer, tem que exportar para todos os mercados do mundo. Se nos contentamos em permanecer como celeiro colonial de matérias-primas, poderemos ignorar o que se passa na Ásia contemporânea e considerar a Conferência de Bandung como uma

curiosidade diplomática, continuando a vender hoje o que vendíamos ao tempo do Império, nos mesmos fregueses tradicionais. Se, ao contrário, temos consciência do papel que está destinado ao Brasil industrializado, não podemos desdenhar a potencialidade da terça parte do mundo».

5 Decerto, o principal motivo de oposição ao restabelecimento das nossas relações diplomáticas com o governo de Moscou é a nossa divergência fundamental na concepção do regime político. «O reconhecimento da existência de um governo estrangeiro é, e não pode deixar de ser, mera questão de fato».

6 «Em certos setores combate-se o restabelecimento das relações com a União Soviética sob a alegação de que é preciso evitar a infiltração comunista... Mas, o argumento é enganador, porque a expansão do comunismo em nenhuma parte se deve à ação dos diplomatas russos. O comunismo é um movimento ideológico cujo êxito depende de uma infinidade de fatores políticos, sociais e econômicos. Na França e na Itália, por exemplo, os partidos comunistas contam com milhões de adeptos, mas ninguém tem a ingenuidade de pensar que isso resulta da ação diplomática russa, nem a interrupção de relações com Moscou teria o condão de diminuir a força popular de que esses partidos dispõem».

7 «Uma corrente de opinião mais cautelosa advoga apenas o estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética, sem que sejam acompanhadas de relações de caráter diplomático. Sendo à primeira vista uma solução intermediária, isso será um expediente ilusório impraticável. Em primeiro lugar é ilógico: se o que se quer evitar é o perigo da contaminação, a infiltração perigosa, a entrada dos russos no Brasil, isso será burlado com o desenvolvimento

das relações comerciais. Se essas relações tomarem vulto, teremos aqui missões, agências e representantes comerciais de toda sorte, isto é, teremos tudo o que recai das missões diplomáticas normais. Depois, é preciso não esquecer que não é possível manter relações comerciais permanentes, vultosas e regulares, sem manter ao mesmo tempo relações de natureza propriamente diplomáticas».

8 «Evidentemente, não se pensa em comércio com o mundo soviético na base de uma ou duas transações esporádicas, feitas de governo a governo, nem apenas em algumas vendas ocasionais através de um terceiro país. Isso não justifica uma política comercial, nem esta pode ser apenas um expediente momentâneo para aliviar uma crise de divisas. Temos que pensar em termos de comércio regular e contínuo com todos os países do mundo, inclusive os soviéticos. A fim de comprarmos em melhores condições, não importa onde, e de vendermos o mais que pudermos, a quem pagar melhor preço. Não devemos limitar-nos a pensar apenas em sair das dificuldades atuais, vendendo uma parcela do café que temos armazenado. Devemos programar para o futuro, pensando numa política de diversificação de nossas exportações que, a longo termo, nos leve à venda dos produtos manufaturados».

9 «E' sabido que nenhum comércio de vulto pode desenvolver-se sem a assistência dos serviços diplomáticos e consulares».

10 «Nas objeções que se formulam ao restabelecimento das relações em apêro, chega-se ao ponto de aventar que esse fato poderá influir em nossas relações com os Estados Unidos... Esta é uma cautela verdadeiramente pueril, que não pode ser tomada a sério como argumento... Será mais lógico que os norte-americanos pensem que, nessa questão de relações com a Rússia, devemos seguir a orientação do Canadá, do México, da Argentina,

do Chile, do Uruguai e de outras nações do hemisfério, em vez de nos obstinarmos em constituir exceção inexplicável em face da conjuntura internacional».

11 «Como quer que seja, porém, não devemos considerar o reatamento de nossas relações com a União Soviética em função da política exterior dos Estados Unidos, o que seria um disparate, nem em termos de um programa comercial imediato, e menos ainda pelo receio de infiltração comunista em nosso país».

12 «A verdadeira razão por que devemos tratar com os russos é de política internacional no mais alto sentido e resulta pura e simplesmente da necessidade que tem o Brasil de participar das decisões mundiais, com a influência que lhe cabe exercer».

13 «Se podemos, sem demora, restabelecer relações diplomáticas com as nações que foram nossas inimigas na guerra, não se justifica nossa abstenção em relação a um país que foi nosso aliado e com o qual rompemos relações por motivos menos graves e cujos efeitos não podem durar indefinidamente...»

14 «Por tudo isso, acho que o Brasil deve aproveitar a oportunidade que lhe é oferecida pela resolução adotada unanimemente na Assembléia Geral das Nações Unidas, convocando todos os povos, independentemente de seus regimes políticos, a manter relações diplomáticas e comerciais».

15 «Dentro da ONU, o Brasil está associado à União Soviética no compromisso de procurar solução pacífica para todos os conflitos mundiais. Dela o Brasil participa para negociar com os russos, para deles divergir ou com eles concordar, no interesse da paz e da segurança de todos. Se o Brasil já mantém com os agentes diplomáticos soviéticos, na ONU, esse tipo de relações, seria verdadeiramente irrisório evitar que essas relações se estabelecessem diretamente entre o Rio de Janeiro e Moscou».

VIDA ECONÔMICA

As modificações que se fazem necessárias em nossa política de comércio exterior voltaram ao centro das preocupações de altas esferas governamentais e ao debate público. Isto, naturalmente, não acontece por acaso. O processo de desenvolvimento em curso no país, determinando maior necessidade de importação, em particular de máquinas, equipamentos e matérias-primas destinadas à indústria, choca-se com a estagnação de nossas vendas ao estrangeiro. Exportando em quantidade insuficiente, não obtemos os recursos indispensáveis à cobertura das compras que precisamos realizar no exterior e à solução de nossos compromissos internacionais. E, assim, se avoluma o déficit de nossa balança de pagamentos.

O ritmo das importações não pode e não deve ser freado. Para isso, no entanto, torna-se indispensável que as exportações aumentem em ritmo correspondente, a fim de que o país obtenha as divisas e os meios necessários à aquisição, no estrangeiro, daquilo que precisa.

Essa inadiável necessidade, porém, encontra sério obstáculo no caminho do seu atendimento: a estagnação ou lento desenvolvimento da capacidade de absorção de nossos produtos, por parte dos tradicionais mercados brasileiros, em particular pelo mercado dos Estados Unidos da América. O problema, portanto, não se limita ao aumento e diversificação de nossas exportações, pura e simplesmente. Esse aumento e essa diversificação, no ritmo compatível com os interesses da economia nacional, não podem ficar na dependência exclusiva dos mercados tradicionais.

Esta, uma situação que perdura há muito tempo e que tem contribuído para o retardamento de nosso progresso. E não se diga que somente agora se descobriu a pólvora... Insistimos, durante anos, na exportação apenas de alguns

produtos primários para determinados mercados tradicionais. E durante anos teimamos em realizar os nossos negócios com países situados nas áreas monetárias do conversível ou de conversibilidade limitada, nessa nossa sede injustificada de dólares... E essa política vesga, ditada pelos trustes norte-americanos que dominam pontos-chaves de nossa economia, nos levou a fechar os olhos a mercados potenciais da maior importância, entre os quais se destacam os dos países socialistas, perdendo excelentes oportunidades para a realização de negócios altamente vantajosos, com a assinatura de acordos bilaterais com numerosos países. Exemplo recente dos prejuízos que nos tem causado essa política, nos vem da Indonésia, país em franco desenvolvimento, com mais de 80 milhões de habitantes, e de economia complementar à nossa. Daí podemos importar petróleo, em melhores condições que as oferecidas pelos trustes americanos, borracha e tantas outras matérias-primas de que necessitamos; para lá, poderíamos exportar vários produtos. No entanto, há anos que o governo da Indonésia tenta estabelecer um regime de trocas diretas com o Brasil, não o conseguindo até agora, uma vez que, erradamente, o governo brasileiro prefere negociar com aquele país através de outras nações, como a Holanda!

As nossas dificuldades, porém, chegaram a um ponto que não nos permite mais continuar pelo mesmo caminho. Modificações substanciais se impõem, de maneira imperiosa, em nossa política de comércio exterior. A esse respeito, as opiniões mais autorizadas se sucedem. A semana passada, a Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, enviou memorial ao ministro da Fazenda, em que defende a necessidade da conquista de novos mercados para nosso principal produto de exportação: «dever-se-á promover

a criação de novos mercados, tanto pelas vendas diretas, como pelas trocas específicas de café por mercadorias reclamadas pela lavoura». E o presidente da Federação do Comércio Atacadista, em entrevista à «Última Hora», manifesta-se francamente favorável ao estabelecimento de trocas comerciais regulares com os países socialistas.

Uma política de troca de nossos produtos por mercadorias de outros países, necessárias ao nosso desenvolvimento, traria enorme economia de divisas para o país, e aliviaria substancialmente sua balança de pagamentos. Uma política dessa natureza encontraria enorme campo de ação nos mercados dos países socialistas, com a nossa experiência de trocas diretas e regulares com a Polónia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, bastante eloquentes. Essas nações temos importado máquinas e equipamentos industriais, implementos agrícolas, trilhos, navios, etc., sem dependermos um centavo sequer de divisas, mas em troca de produtos brasileiros. O mesmo, naturalmente em escala muito maior, pode e deve ser feito com países como a União Soviética e a República Popular da China. Ainda a semana passada, em reunião do Conselho de Política Admistrativa, foi dado conhecimento de uma proposta da União Soviética para abastecer o mercado brasileiro de chapas de aço (250 mil toneladas anuais) em troca de cacau brasileiro.

Por tudo isto é que o estabelecimento de uma corrente de comércio regular entre o Brasil e os países do leste se apresenta hoje, mais do que nunca, como uma das medidas indispensáveis para o encaminhamento de soluções adequadas para problemas nacionais da maior importância, como o do equilíbrio em nossa balança de pagamentos.

Pedreira de Freitas, Candidato Das Fôrças Nacionalistas da Bahia

ALMIR MATOS

ROMPENDO uma tradição que vinha sendo mantida nos últimos quatriênios, três candidaturas, e não duas como nos pleitos anteriores, disputam destaque as eleições para o governo baiano: a do sr. Juraci Magalhães (UDN), a do sr. Vieira de Melo (dissidência do PSD, PDC e parte do PSP) e a do sr. Pedreira de Freitas (PSD, PTB, PR e comunistas). Muitos baianos se passaram até que se formassem tais sistemas de fôrças. E ainda há os que admitem a possibilidade da retirada de uma das duas primeiras candidaturas, ficando considerado-se quase indiscutível a vitória do sr. Pedreira de Freitas no caso de se manterem divididos os seus adversários. As contradições existentes entre os dois grupos não permitiram, até agora, porém, que se realizasse a cogitada unificação. E é pouco provável que ela venha a se efetivar.

Definindo-se diante dessas candidaturas, as fôrças nacionalistas da Bahia decidiram cerrar fileiras em torno da chapa Pedreira de Freitas-Orlando Moscoso, por cuja vitória se empenham com a combatividade e o entusiasmo que lhes são característicos. E' esta, sem dúvida, uma decisão que se destina a exercer marcante influência na atual campanha eleitoral e a pesar de modo talvez decisivo no resultado do pleito de outubro.

E' inteiramente justa a posição em que se colocam os nacionalistas baianos. Sua definição ao lado da candidatura Pedreira de Freitas leva em conta e reflete de modo acertado tanto os fatores de ordem nacional como os interesses específicos do Estado. E' a posição que melhor poderia corresponder à necessidade do fortalecimento e coesão das correntes nacionalistas no âmbito nacional e do progresso econômico e preservação das liberdades democráticas na Bahia.

Não é difícil a nenhum patriota e democrata prever em que poderia resultar uma vitória do sr. Juraci Magalhães e a sua volta ao Palácio da Aclamação. O ex-interventor vem usando, em sua propaganda eleitoral, um «slogan» que, antes de ajudá-lo, ajuda os baianos a encontrarem motivos para negar-lhe os seus votos: "ESTE VOCÊS CONHECEM!". Sim, a Bahia conhece bem o sr. Juraci Magalhães. Assim como não esquece os anos de arbítrio e violências que sofreu sob o seu governo, não pode tampouco esquecer fatos mais recentes como a sua luta contra o monopólio estatal do petróleo, o papel de comando que exerceu durante a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, a sua sistemática oposição ao reatamento de relações do Brasil com os países socialistas e a posição de raivosa hostilidade que tem assumido, invariavelmente, em face de toda e qualquer reivindicação dos trabalhadores. E' verdade que, agora, para efeitos eleitorais, o sr. Juraci Magalhães se declara arrependido de certas atitudes. Mas não é fácil acreditar-se na sinceridade desse arrependi-

mento quando se observam as posições atuais do presidente da UDN — talvez o único político de projeção nacional que tenha se manifestado contra a decisão da Justiça assegurando a liberdade de Luiz Carlos Prestes. Uma vitória do sr. Juraci Magalhães significaria a conquista pelo entreguismo e a reação de um importante posto na política brasileira. Mas os baianos não permitirão que uma tão pesada vergonha recaia sobre o nosso Estado.

Quando ao sr. Vieira de Melo ocorre, lamentavelmente, um fato semelhante ao que se verifica em outros Estados, em que partidos ou dirigentes políticos de tendência nacionalista tomam, diante das eleições, uma posição que, em lugar de contribuir para a unidade do movimento nacionalista, leva a uma prejudicial dispersão de fôrças patrióticas e, desse modo, a ampliar as possibilidades — mesmo sendo elas reduzidas — dos candidatos comprometidos com o entreguismo e o golpe. Se é certo que não podem passar sem dura crítica muitos atos do sr. Vieira de Melo sobretudo quando na liderança do governo na Câmara Federal (apóio ao Acórdão de Fernando de Noronha e ao fechamento da Liga de Emancipação Nacional, rejeição do projeto que estendia a legislação trabalhista aos assalariados agrícolas, recuo no caso do projeto de anistia ampla, etc.), seria falso, de outro lado, esquecer sua participação em mo-

vimentos patrióticos como a luta contra o Acórdão Militar ou a campanha em defesa do petróleo. O que se dá é que políticos como o sr. Vieira de Melo não desenvolvem a sua atuação na vida pública sobre uma base rigorosa de princípios, e colocam muitas vezes, acima de certas convicções, interesses limitados, de ordem pessoal ou de facção partidária. E, infelizmente, o que decorre de uma tal política é o que nos mostra o exemplo da candidatura do sr. Vieira de Melo, sustentada por fôrças as mais reacionárias da política baiana (Regis Pacheco-Laurindo Regis) e por entreguistas notórios como o prefeito Hélio Machado. Além do mais, sem probabilidade de triunfo, a candidatura do ex-líder da maioria cumpre, objetivamente, a função de conduzir água para o moinho da UDN.

E' em torno da candidatura Pedreira de Freitas, apesar da heterogeneidade das fôrças que a lançaram e apoiam, que se torna possível a unificação, em face das eleições, das correntes e elementos nacionalistas. Essa perspectiva adquiriu particular consistência desde o momento em que os comunistas definiram a sua posição, de apoio à chapa Pedreira-Moscoso, participando ao lado do PSD e PTB da coligação que deverá eleger o futuro governador da Bahia.

A candidatura Pedreira de Freitas mantém sérios compromissos com o povo baiano. Nacionalmente, ela se situa dentro de um sistema de fôrças políticas de tendência nacionalista e democrática. Sua vitória será, portanto, um significativo passo no sentido do fortalecimento e do triunfo dessa tendência na política brasileira, contribuindo para que sejam vitórias reivindicações nacionais como a manutenção da Petrobrás e o reatamento de relações com os países socialistas, e facilitando a conquista de novas e importantes posições para as fôrças antiimperialistas e democráticas, particularmente tendo-se em vista as eleições presidenciais de 1960. No âmbito estadual, compromete-

te-se o engenheiro Pedreira de Freitas a realizar uma política que tem como pontos essenciais o desenvolvimento econômico da Bahia e o rigoroso respeito às liberdades democráticas, dando prosseguimento ao que de mais positivo foi planejado ou iniciado durante os anos de governo do sr. Antônio Balbino. Figura entre esses compromissos a encampação pelo Estado de toda a indústria de energia elétrica, hoje ainda em grande parte nas mãos do truste Bond and Share, que vem submetendo o povo baiano, anos a fio, a uma implacável sangria.

Os patriotas e democratas baianos — e entre eles, destacadamente, os comunistas — contribuirão com todo o seu entusiasmo e o prestígio que possuem junto ao povo da Bahia para, através de um incansável esforço de esclarecimento e mobilização da opinião pública, derrotar o entreguismo e o golpe nas eleições de outubro e assegurar a vitória da candidatura nacionalista de Pedreira de Freitas.

Goiás: Apoio dos Nacionalistas à Candidatura de César Bastos

GOIÂNIA — (Do correspondente) — As fôrças nacionalistas e populares de Goiás estão apoiando a candidatura do sr. César da Cunha Bastos para o governo do Estado. Seu companheiro de chapa, candidato a vice-governador, é o sr. João Luís de Oliveira. São os candidatos das Oposições Democráticas, coligação que reúne as fôrças mais democráticas e progressistas do Estado.

A Campanha eleitoral do sr. César Bastos adquire cada dia maior penetração em todo o Estado, conquistando o apoio de vastos setores da população. Na última semana, na cidade de Anápolis, o candidato das fôrças nacionalistas foi recebido na se-

de do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, sendo durante algumas horas sabatinado pelos operários

Nessa ocasião, além de se referir aos problemas fundamentais do país e de expor o seu programa em relação ao desenvolvimento da indústria no Estado e no município, o sr. César Bastos se deteve nas questões de interesse particular dos trabalhadores. Declarou-se, então, partidário do amplo direito de greve e assegurou que, uma vez eleito, porá em execução uma série de medidas visando assegurar aos operários o atendimento de suas reivindicações no terreno da assistência social. afirmou ainda o sr. César Bastos ser favorável à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo. A palestra do candidato César Bastos causou boa impressão entre os trabalhadores, que o aplaudiram demoradamente.

Em Goiânia foi instalado solenemente o Comitê Estadual pró-candidatura João Luís e Oliveira, com a presença de grande número de representantes de partidos políticos e organizações populares.

**AJUDE
VOZ OPERÁRIA
FAZENDO UMA
assinatura!**

A Exportação Criminosa de Manganês Ameaça o Futuro de Nossa Indústria

ENTREGUES NOSSAS JAZIDAS AOS TRUSTES U. S. STEEL E BETHLEHEM STEEL — EM 15 ANOS AS RESERVAS ESTARÃO ESGOTADAS

O último número da revista PN publica uma reportagem, fartamente ilustrada, sobre as minas de ferro e manganês de Urucum, no Estado de Mato Grosso, cuja concessão por 50 anos, com direito à opção por mais 30, está entregue à Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. empresa pertencente aos irmãos Chamma. Suas reservas são calculadas em 100 milhões de toneladas de manganês e 5 bilhões de toneladas de ferro. Todo o manganês extraído é vendido, por contrato de exclusividade, à United States Steel.

De fundo eminentemente entreguista, e tecendo lóas às vendas de manganês e minério de ferro àquele truste, a revista diz ser este «o melhor negócio que o Brasil já fez com os Estados Unidos». Essa matéria paga de PN vem à luz justamente no momento em que (pura coincidência?) fontes suspeitas apontam a intensificação das exportações de nossos minérios de ferro e manganês para os Estados Unidos, como um dos melhores caminhos para aliviarmos a pressão sobre a nossa balança de pagamentos.

Este é um problema muito importante, porque diretamente ligado ao futuro da nossa industrialização e à segurança nacional. O manganês é um minério indispensável à produção de aço, e é relativamente raro em todo o mundo. Somente alguns poucos países, entre os quais o Brasil, possuem reservas consideráveis, e as pequenas jazidas norte-americanas estão às portas da exaustão, além de seu minério ser de teor excessivamente baixo, tornando elevados os custos de produção. Daí voltar-se aquele país para as reservas brasileiras, localizadas no Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia. Importando do Brasil e de outros países, os trustes americanos acumulam grandes estoques de manganês para assegurarem o suprimento de suas usinas siderúrgicas.

Cegas às nossas necessidades e revelando completo descaço pelo nosso futuro, as autoridades brasileiras entregaram nossas melhores jazidas de manganês a dois poderosos trustes norte-americanos: United States Steel e Bethlehem Steel, autorizando a sua exportação intensiva por preços irrisórios. Por isso, estamos com nossas jazidas de Minas Gerais praticamente esgotadas, as da Bahia em vias de exaustão, e as do Amapá submetidas a um ritmo de exploração acelerado. Está, assim, o Brasil a cami-

nho de privar-se completamente desse precioso minério. Agora, com o plano governamental de aumentar, imediatamente, nossas exportações anuais desse minério para um milhão de toneladas, o Brasil terá esgotado todas as suas reservas nos próximos 15 anos. E depois? Aonde iremos buscar esse minério indispensável à nossa indústria de aço?

A bibliografia brasileira sobre a Nova China vai aumentando, à medida que aumenta o número de visitantes brasileiros à grande república socialista da Ásia. A curiosidade dos viajantes pode exercitar-se ali em toda a sua plenitude — e sempre sobrará muita coisa para ver, ouvir e contar. O país possui uma área imensa e desigual, com a população mais numerosa do mundo, população também desigual por sua origem e formação, e carrega sobre si alguns milênios de civilização e cultura. Junte-se a tudo isso a extraordinária transformação social que ali se processa desde 1949 — e aí teremos motivos inesgotáveis de aguçamento do interesse — múltiplo interesse: histórico, sociológico, econômico, político e cultural — que a China desperta na atualidade.

Ainda agora a Editora Civilização Brasileira acaba de expor à venda, com grande êxito, o livro de Maria Martins, ASIA MAIOR, o PLANETA CHINA, com prefácio de Osvaldo Aranha. Trata-se de livro realmente importante, mas dele trataremos na próxima vez. Queremos, por hoje, referir-nos a outro volume, publicado anteriormente — A CHINA NÃO TEM PRESSÃO, do jornalista Abraham Jagle, da imprensa de São Paulo.

Simple descrição de viagem, cheio de dados precisos, de informações as mais variadas, o livro de Abram Jagle interessa principalmente por sua feição de reportagem objetiva, relato de coisas vistas e ouvidas, o máximo de fatos e o mínimo de comentários. Em seus diversos capítulos, traça o repórter, de início, uma vista panorâmica da Nova China, abordando em seguida toda uma série de questões relacionadas com a transformação revolucionária da agricultura e da indústria. A reforma dos costumes, a língua, a imprensa, o teatro, a música, o cinema, etc., fornecem-lhe matéria para novos capítulos.

Página por página, com abundância de algarismos, de minúcias concretas, de reprodução de fotografias e

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

Abram Jagle serve-se de um autor brasileiro que escreveu sobre a China de fins do século passado — A CHINA E OS CHINS, do diplomata Henrique C. R. Lisboa, edição de 1888 — e procede a instrutivas comparações entre o que era a China de então e o que é a China de hoje. E' claro que a China de hoje — conservando e ainda aprimorando o melhor da sua cultura e das suas tradições — aparece-nos como um país que deu um formidável salto revolucionário para a frente, rompendo de uma vez por todas com tudo aquilo que o oprimia e entravava o seu desenvolvimento material e espiritual. O velho regime de imperadores, mandarins e senhores da guerra, que atingira o último grau da decadência, sobretudo a partir da dominação imperialista, já havia sido abalado pelos alicerces desde a revolução republicana de 1911, mas sua liquidação definitiva data da vitória comunista de outubro de 1949, com a instauração da República Popular Chinesa. E nestes nove anos — que tremendo avanço para a frente realizou o povo chinês, sob a firme e sábia direção do Partido Comunista Chinês! A China de agora é já uma grande potência mundial socialista, cuja influência cresce dia a dia.

Abram Jagle fez parte da delegação brasileira que participou do Encontro Internacional de Jornalistas, que se realizou em Helsinque, em setembro de 1957. Da Finlândia, terminado o Encontro de Helsinque, seguiu para a URSS e daí para a China, e tanto na ida como na volta passou por outros países, registrando no seu livro as impressões colhidas em cada um. Mas demorou-se principalmente na China, o que explica porque os assuntos chineses enchem quase todo o volume. E são precisamente estes assuntos chineses os que oferecem mais vivo interesse.



ministro amigo, que fez par-
o governo ucranista e rea-
rio de posto a 11 de no-
mbro pelas forças arma-
— para dois governos
ssores. E começou, por
vez, a sacar mininos aos
res de todos os estabele-
mentos de crédito oficial
por motivos que des-
heço, lhe abriram escan-
adadamente as portas. Não
no, é claro, os totais des-
empréstimos a longo pra-
que também outros go-
gnos terão de saldar com
juros e as taxas bancá-
competentes. Assim de-
mória, posso citar Cr\$..
000.000,00 devidos ao
co do Estado; Cr\$
000.000,00, devidos à Cal-
Econômica Federal; Cr\$..
5.000.000,00, devidos a Cal-
Econômica estadual; Cr\$..
0.000.000,00 devidos ao
stituto de Previdência. Com
empréstimo do Banco do
sil deduzido, temos a
peitabilíssima soma de
5.505.000.000,00. Por ou-
lado, o governo vem re-
do dinheiro pertencente a
tituições, como as Caixas
Aposentadorias e Pensões
Ferroviários e Fundação
Casa Popular, num total
Cr\$ 851.000.000,00, deixan-
de pagar, ainda, só às Pre-
uras de Santos e São Pau-
as quotas que lhe cabem
valor de Cr\$
700.000,00. Sabemos tam-
das apólices, no valor
Cr\$ 3.600.000.000,00, lan-
as no mercado. Somente
as dívidas (não se acres-
do a elas os empréstimos
traídos no Banco do De-
volvimento Econômico e
os cujos números desco-
mos, nem os feitos em
das estrangeiras), jun-
ta à dívida para com o Ban-
do Brasil que, como disse-
foi empurrada para o
próximo governo, vão à alar-
e um ante cifra de Cr\$

19.473.700.000,00! Este govêr-
no teve, pois, à mão, cerca
de 60 bilhões líquidos de or-
çamento, se deduzirmos o
pagamento do Pessoal na
base de cinquenta por cen-
to do total. Com os emprés-
timos e a falta de pagamen-
to das dívidas apontadas,
ele maneja, e maneja as
sobras, de cerca de 70 bi-
lhões de cruzeiros, 70 mi-
lhões de contos!... Em se-

SITUAÇÃO CALAMITOSA

Mas o que se fez é ridículo.
Conforme confissão do pró-
prio jornal que defende o
governo, o simulacro de pa-
vimentação que ora se faz
em cima das estradas que
eu abri se esfalela, com o
esbanjamento do dinheiro do
povo. O propalado Plano de
Eletricidade se cinge à Usi-
na de Salto Grande, obra
nossa, conforme o próprio
e recente depoimento de um
Ex-Secretário do meu govêr-
no, em carta dirigida ao
atual governador. A falta de
recursos para a Polícia, des-
moralizou-a, passando São
Paulo a ser a babilônia dos
malfeitores de toda a espé-
cie, conforme manchetes de
todos os jornais paulistas,
inclusive os da situação. A
agricultura foi totalmente
abandonada. Faltam remé-
dios nos Postos e Centros de
Saúde que eu fundei. O fe-
chamento de alguns deles
fez com que voltassem como
aconteceu em Araraquara,
os altos índices da mortalida-
de infantil que eu havia de-
belado. O aumento extorsivo

te anos de governo, eu não
tive mais do que 9 bilhões,
isto é, menos do que os em-
préstimos e retenção de di-
nheiro alheio. Era de se es-
perar, pois, que apareces-
sem, por aí, outros Hospitais
das Clínicas, outras Vias An-
chileta e Anhanguera, outras
eletrificações de estrada co-
mo fiz com a Sorocabana,
em proporção nunca vista no
Estado de São Paulo.

dos tributos encareceu pesa-
damente a vida, ameaçando
com a miséria o lar dos tra-
balhadores. E esse mesmo
governador que assim enca-
receu a vida, arrecadando
muito e pouco fazendo pelo
povo, é o mesmo que sai de
São Paulo e vai ao Rio de Ja-
neiro dizer ao Ministro do
Trabalho que 25 por cento
de aumento eram muito pa-
ra os 400 mil trabalhadores
em greve... A falta de ti-
no, a mania fiscal, o mal-
barato dos dinheiros públi-
cos em obras a curto prazo
para apenas dar efeito elei-
toral, empobrecem o nosso
Estado, o qual, doravante,
passará a pagar as dívidas
pesadas que se fizeram, à
revéla do povo, nos Bancos
oficiais. No final das con-
tas, a vítima é a coletivida-
de, já tão sacrificada. Den-
tro em breve, se saberá tô-
da a verdade. Péssima é pois
realmente a situação finan-
ceira do Estado com graves
danos para a economia do
povo de São Paulo, e, por
consequente, do povo brasi-
leiro.

PURITANO, FUGE À RESPONSABILIDADE

P. — Que sabe da apre-
goada moralidade adminis-
trativa do atual governo es-
tadual?

R. — O povo já deve, a
esta altura, ter feito o seu
juízo a respeito de uma mo-
(CONCLUI NA 11ª PÁG.)

PSP e Comunistas Poderá as Forças Nacionalistas

brasileira é a luta
movimento patrió-
agentes do impe-
pleito de Outubro
Sul — Preocupação
as e democráticas

Rio de Janeiro, que lutaram
pela defesa desse preço-ouro
contra os interesses dos mon-
pólios e do imperialismo
norte-americano. Outros êxi-
tos do movimento nacionalista
tiveram caráter político e
podem ser exemplificados
com a grande vitória das forças
nacionalistas na última
eleição do Clube Militar, mos-
trando como crescem as forças
nacionalistas, principal-
mente no seio do Exército.
Mas se o movimento nacionalista
avança, se este senti-
mento pela independência nacional
avassala e ganha o
país inteiro e as grandes mas-

sas trabalhadoras, não temos
nenhuma ilusão a respeito
das posições importantes que
ainda ocupam no aparelho do
Estado e no governo atual —
governo federal e numerosos
governos estaduais — as forças
mais reacionárias e en-
trevistas, partidárias de uma
ditadura, de um governo rea-
cionário, que inicie por entre-
gar o petróleo à Standard Oil,
as riquezas nacionais e que
realize uma política de captu-
lação diante dos monopólios
imperialistas. Essas forças
entrevistas conspiram
contra a democracia e a
Constituição.

Consolida-se a democracia

Hoje, no Brasil, ao mesmo
tempo que avança o movi-
mento nacionalista, consoli-
da-se a democracia. Gozamos
ainda de liberdades bastante
limitadas, mas essas liberda-
des, em parte vão sendo res-
peitadas e o povo tem obtido
novas conquistas. A classe
operária defende com êxito
seus direitos e tem graças a
isso conseguido defender o
seu nível de vida, contra
qualquer pretensão a conge-
lamento de salários. A classe
operária tem utilizado o di-
reito de greve. Inclusive nós,
comunistas, a partir de março,
temos gozado de relativa
liberdade. É uma democracia
ainda precária e os senhores
sabem que ainda hoje o «O
Estado de São Paulo» publica
um telegrama do Rio a
respeito de uma possível in-
terferência do general Mou-
rão Filho, impedindo que eu
compareça diante da TV ou
fale pelas estações de rádio.
Apela-se, inclusive, para as

Classes Armadas. Mas estou
convencido de que isto não
passa de um insulto a essas
mesmas Classes Armadas,
porque ninguém mais do que
o general Teixeira Lott tem
declarado insistentemente que
luta em defesa da Constitui-
ção, e, portanto, das conqui-
stas democráticas de nosso po-
vo, consignadas na Constitui-
ção, inclusive a liberdade de
manifestação do pensamento.
No referido telegrama se che-
ga a afirmar que a minha pa-
lavra através do rádio, ou a
minha presença diante das
câmaras de televisão consti-
tuiriam um passo no sentido
da subversão. É simplesmente
ridículo pretender subver-
ter, ou pretender que sejam
atos de subversão, a palavra
ou a manifestação do pensa-
mento. Sabemos que infeliz-
mente medidas como estas
são consequências do predom-
ínio das forças entreguistas
ainda no seio do governo. Es-
(CONCLUI NA 11ª PÁG.)

INSTRUÇÕES PARA O PLEITO DE 3 DE OUTUBRO

Como Será Realizada a Votação Com Cédulas Únicas e Comuns

Caso em que o eleitor poderá votar mesmo sem apresentar o título
As mesas receptoras — início e encerramento dos trabalhos

JÁ foram baixadas, pelo
Superior Tribunal
Eleitoral, as instruções pa-
ra o pleito de 3 de outu-
bro. Daremos a seguir al-
guas informações ex-
traídas dessas instruções.

A cada seção eleitoral
corresponde uma mesa
receptora de votos, que
será constituída de um
presidente, primeiro e se-
gundo mesários, três su-
plentes e um secretário.
Não se reunindo, por qual-
quer motivo, as mesas re-
ceptoras, poderão os elei-
tores pertencentes à se-
ção respectiva votar na
seção mais próxima, em
urna especial.

Cada partido poderá no-
mear dois delegados em
cada Município e dois fis-
cais junto a cada mesa re-
ceptora, funcionando um
de cada vez. Quando o
Município abranger mais
de uma zona eleitoral, ca-
da partido poderá nomear
dois delegados junto a ca-
da uma delas. Não podem
ser designados fiscais
aqueles que, por decisão
do Juiz Eleitoral, já fa-
çam parte da mesa.



Início dos trabalhos

As 7 horas do dia 3 de
outubro, os componentes da
mesa receptora verificarão
se estão em ordem o mate-
rial para eleição remetido
pelo juiz e a urna destinada
a recolher os votos, deven-
do estar presentes os fiscais
de partidos. As 8 horas, des-
de que tudo esteja em ordem,
o presidente da mesa decla-
rará iniciados os trabalhos,
procedendo em seguida à
votação, que começará
pelos membros da mesa, fiscais
e candidatos presentes. O
recebimento dos votos come-
çará às 8 hrs., devendo ser
justificado em ata qualquer
atraso no seu início, e ter-
minará às 17 horas.

Cédula única e cédula comum

A votação para as eleições
majoritárias (senador e su-
plente, governador, vice-go-
vernador, prefeito, vice-prefe-
ito e juiz de paz e suplente)
far-se-á em cédula única.
Nos Estados em que, além
das eleições para senador,
se realizarem também elei-
ções para governador (e vi-
ce-governador, se houver),
a mesma cédula única con-
terá os retângulos corres-
pondentes a ambas eleições.
Quando se realizarem, ain-
da, eleições municipais, have-
rá uma cédula para prefeito
(e vice-prefeito, se houver)
e outra para senador e go-
vernador. Realizando-se tam-
bém eleições distritais, ha-
verá uma cédula única para
juiz de paz, e suplente; ou-
tra para prefeito; e outra
para senador e governador.
Nas eleições realizadas pe-
lo sistema de representação
proporcional (para deputados
federais, deputados estaduais
e vereadores) a votação far-
se-á por meio de cédulas co-
muns.

A votação

Ao se apresentar na se-
ção, antes de penetrar no re-
cinto da mesa, o eleitor re-
ceberá uma senha numerada,
que o Secretário rubrica-
rá, depois de verificar, pela
relação dos eleitores da se-
ção, se o seu nome consta da
respectiva pasta. No verso
da senha, o secretário anota-
rá o número de ordem da
fôlha individual, número ês-
se que constará de relação
enviada pelo Cartório à me-
sa receptora.

Admitido a penetrar no re-
cinto da mesa, segundo a or-
dem numérica das senhas, o
eleitor apresentará ao pre-
sidente seu título, que pode-
rá ser examinado pelos fis-
cais de partido, entregando,
ao mesmo tempo, a senha.
Pelo número anotado no
verso da senha, o mesário
localizará a fôlha individual
do eleitor, que será confron-
tada com o título e poderá,
também, ser examinada pe-
los fiscais presentes.

Se tudo estiver em ordem,
o presidente da mesa convida-
rá o eleitor a assinar no
verso da fôlha individual e,
em seguida, entregar-lhe-á a
cédula única (ou cédulas úni-
cas), instruindo-o sobre a
forma de dobrá-la e indican-
do-lhes a cabine indevassá-
vel, cuja porta ou cortina se-
rá encerrada em seguida. Na
cabine, o eleitor marcará
com uma cruz, a tinta ou lá-
pis-tinta, o retângulo corres-
pondente ao nome do seu
candidato, e dobrará a cédu-
la na margem esquerda de
modo a resguardar o sigilo
dos votos dados, e, em se-
guida, ao meio, para, afinal,
colocar o fecho. Ao sair da
cabine, o eleitor depositará
a cédula na urna; se se tra-
tar de caso de voto em se-
parado, a cédula será reco-
lhida ao invólucro especial.

votado o eleitor com a cé-
dula única (ou cédulas úni-
cas), nas eleições majorita-
rias, é que o presidente lhe
entregará a sobrecarta ofi-
cial para que, voltando à
cabine, coloque na referida
sobrecarta as cédulas dos
candidatos de sua preferên-
cia nas demais eleições (pa-
ra deputados e vereadores).

Em seguida à votação, o
presidente da mesa devolve-
rá o título ao eleitor, depoi-
de datá-lo e rubricá-lo.

Votação sem título

O eleitor será admitido a
votar, ainda que deixe de
exibir no ato da votação o
seu título, desde que seja
inscrito na seção e conste da
respectiva pasta a sua fôlha
individual de votação; nesse
caso, a prova de ter votado
será feita mediante certidão
que obterá, posteriormente,
do juiz competente. No caso
de omissão da fôlha indivi-
dual na respectiva pasta, ve-
rificada no ato de votação,
será o eleitor, ainda, admiti-
do a votar, desde que exiba
o seu título eleitoral e se-
ja inscrito na seção, sendo
o seu voto, nesta hipótese,
tomado em separado e colhi-
da sua assinatura na fôlha
especial.

Encerramento

As 17 horas, o presidente
fará entregar as senhas a
todos os eleitores presentes
e, em seguida, os convidará
em voz alta a entregar à
mesa seus títulos para que
sejam admitidos a votar. A
votação continuará na ordem
numérica das senhas e o tí-
tulo será devolvido ao elei-
tor, logo que tenha votado.
Terminada a votação e de-
clarado o seu encerramento
pelo presidente, tomará ês-
ta a providências previstas

O Anticomunismo é Uma Política Essencialmente Antinacional

Na última reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista da Indonésia, e comandada D. N. Aidit, secretário geral do partido, apresentou o Informe de Balanço das Atividades do Comitê Central do P.C.I. Reproduzimos abaixo trechos do Informe de D. N. Aidit.

Conclusões:

No 4º Pleno do Comitê Central reunido na metade do ano de 1956, analisando as forças de classe e chegamos à conclusão de que em nosso país, no presente estágio de sua história há três tipos de forças políticas, cada uma das quais com suas próprias concepções. As correntes de políticos obstinados, os lacaios dos europeus e os feudais visam a tornar a Indonésia independente apenas na aparência, mas que na realidade se curve aos desejos do imperialismo, e defenda os interesses dos grandes capitalistas estrangeiros e dos latifundiários. As forças progressistas, o proletariado e outras classes de trabalhadores visam a realizar as exigências da Revolução de Agosto de 1945 em sua totalidade. As forças intermediárias, a burguesia nacional, também visam a realizar as exigências da Revolução de 1945, mas com o objetivo de abrir a possibilidade de crescimento do capitalismo nacional.

As forças progressistas e as intermediárias constituem as forças nacionais e demo-

cráticas, anticolonialistas e antifeudais, ou, em outras palavras, as forças revolucionárias, enquanto as forças dos políticos obstinados são antinacionais e antidemocráticas, estão em aliança com o imperialismo e o feudalismo, ou, em outras palavras, são as forças da reação.

A linha política do Partido em relação a estas três forças consiste em desenvolver as forças progressistas, unir-se com as forças intermediárias e isolar os políticos obstinados. Com tal linha política o Partido amplia suas próprias forças, une-se com as forças nacionais e democráticas ao mesmo tempo que se opõe às forças antinacionais e antidemocráticas. Desde meados de 1956, esta linha política tem inspirado e dirigido as atividades políticas de nosso Partido. O resultado hoje é que as forças progressistas estão continuamente crescendo, a unidade nacional está se tornando mais forte e as forças dos políticos obstinados estão se tornando cada vez mais isoladas.

Em relação a esta linha política, nosso Partido já tem a experiência de que sua realização depende grandemente da extensão da liberdade política do proletariado e outras classes trabalhadoras. Eis porque chegamos à conclusão de que a tarefa geral do Partido é DEFENDER, CONSOLIDAR E EXPANDIR A LIBERDADE POLÍTICA OU A DEMOCRACIA POLÍTICA.

“A Frente única nacional só poderá realizar-se sem obstrução se o proletariado e os demais trabalhadores tiverem liberdade política” — Os nacionalistas de direita, caindo no anticomunismo, desviam-se da linha política geral dos nacionalistas e servem ao imperialismo — O P.C.I. é, hoje, o primeiro partido da Indonésia

Luta pela liberdade política

O desenvolvimento das forças progressistas e a formação da unidade entre as forças progressistas e as intermediárias, ou a criação da frente única nacional ou a frente da democracia, só poderá realizar-se sem obstrução se o proletariado e os demais trabalhadores tiverem liberdade política, se a liberdade política e a democracia política puderem ser defendidas, consolidadas e expandidas. Isto significa a oportunidade para o Partido realizar propaganda e agitação, realizar comícios de esclarecimento e reuniões de massas, distribuir panfletos, folhetos ou livros, ajudar os trabalhadores, camponeses, jovens e estudantes e outros grupos populares e levantar reivindicações econômicas, políticas e culturais. Isto significa liberdade para organizar e educar o proletariado e outros trabalhadores, chamar a atenção de milhões de pessoas para as palavras-de-ordem do Partido e para o programa do Partido, para a política de realizar em 100% a concepção do presidente Sukarno, e, ainda mais, para a política de realizar as exigências da Revolução de agosto de 1945 em sua totalidade.

Assim, a luta em torno da questão da liberdade política é a mais importante, a mais aguda luta entre as três forças acima descritas, em nossa sociedade atual.

As forças dos políticos obstinados lutam com toda sua energia para abolir a liberdade política para as classes trabalhadoras e, particularmente, para o proletariado e o Partido Comunista da Indonésia. Eles lutam para que a «democracia» se aplique apenas a eles, e para que as classes trabalhadoras, ao proletariado e especialmente ao P.C.I. não seja aplicada a democracia. Isto explica porque estão tão ocupados em formar organizações anticomunistas, inclusive a «Frente Anticomunista», o «Movimento Unido Anticomunista» e a «Liga Anticomunista da República da Indonésia», todas elas pedindo que o P.C.I. e as organizações de massa progressistas sejam banidas.

Anticomunismo, política antinacional

Alguns nacionalistas, elementos da ala direita das forças intermediárias têm sido arrastados pelo «slogan» anticomunista dos líderes do Majusmi-P.S.I., inspirados pela política estrangeira dos países imperialistas sob a liderança dos Estados Unidos.

Em relação à natureza inconsistente da burguesia nacional para levar avante o progresso democrático no estágio da revolução democrático-burguesa, lembramos-nos do que Lênin escreveu em 1905: «A própria posição que a burguesia ocupa como classe na sociedade capitalista inevitavelmente leva-a a ser inconsistente em uma revolução democrática. A própria posição que o proletariado ocupa como classe completo a ser consistentemente democrático. A burguesia olha para o passado, temendo o progresso democrático que pode fortalecer o proletariado. O proletariado nada tem a perder a não ser suas cadeias, mas com a ajuda da democracia, ele tem todo o mundo a ganhar. (V.I. Lênin, «Duas Tácticas da Social Democracia na Revolução Democrática», Obras Escolhidas, Vol. I, parte 2, pgs. 50, Foreign Languages Publishing House, Moscou, 1952).

Nossa experiência revela, além disso, que a burguesia nacional da Indonésia está aterrorizada, com medo de que uma «democracia excessiva» caia nas mãos do proletariado e das massas trabalhadoras em geral. Este é o ambiente em que se processam as negociações que os elementos da direita tanto gostam de fazer por trás dos bastidores, com as forças dos políticos obstinados sobre tais questões como a formação do gabinete, leis e regulamentos reacionários, eleições dos chefes distritais, os órgãos dirigentes dos conselhos legislativos, etc. Este é, também, o ambiente para a cooperação entre os elementos da direita nacionalistas e reacionários na Sumatra do Norte no «Incidente de Scantar», de se-

ta desviam-se da linha política geral dos nacionalistas. Eles se desviam da linha de anticolonialismo e da democracia e juntam-se à corrente do imperialismo e da antidemocracia, à corrente que é contrária à «Realização 100% da concepção do Presidente Sukarno», à realização concreta dos Ideais da Revolução de 1945. Sim, a consequência é que eles se opõem ao PANCHA SILVA, que tem como um dos seus princípios a soberania do povo. Em resumo, o «slogan» de «anticomunismo» na presente situação histórica de nosso país não é senão um slogan para quebrar a união nacional, um slogan para enfraquecer a luta anticolonialista que é cada vez mais intensa, um slogan para destruir a democracia.

A tentativa de dissolução dos partidos

Outra forma de política anti-democrática de uma burguesia que perdeu toda a razão é a de dissolver os partidos políticos. Esta política é diametralmente oposta aos conceitos democráticos do Presidente Sukarno, oposta aos objetivos da Revolução de Agosto de 1945 e à inclinação geral do povo indonésio e dos povos de todo o mundo de hoje.

A política de dissolver os partidos só poderá ser interpretada com o preparo do caminho para a força bruta. (CONCLUI NA 11ª PÁG.)

DICIONÁRIO

Classes Sociais — Em seu trabalho «Uma Grande Iniciativa», é dada por Lênin uma definição clássica de classes sociais: «Grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam em um sistema historicamente definido da produção social, pela relação que têm (em grande parte fixada e consagrada em lei) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, assim, pelo modo e a proporção em que percebem a parte de riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro, em virtude da diferença de lugar em que se situam num regime determinado de economia social». («Obras Escolhidas», vol. II, pág. 612). O marxismo ensina que as classes surgiram num período histórico determinado de desenvolvimento da sociedade, isto é, quando apareceram a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, ao extinguir-se o regime comunal primitivo. Escravistas e escravos constituíam as classes fundamentais sob a escravidão. Os senhores feudais, que se apropriaram das terras, e os servos, que eles exploravam, constituíam as classes principais na sociedade feudal. Os capitalistas, proprietários dos meios de produção (fábricas, máquinas, etc.) e os proletários privados dos meios dessa produção são as classes principais na sociedade capitalista.

Em cada sociedade dividida em classes, além das classes principais, há as classes secundárias e juntamente com elas diferentes camadas sociais. Compreende-se por classes secundárias aquelas que apenas começam a surgir, sob um modo de produção determinado, ou as que se decompõem e morrem. A história da sociedade ensina que, qualquer que seja o modo de produção, jamais existiram apenas as classes fundamentais. Ao seu lado, há sempre os restos das velhas classes ou camadas, bem como os representantes das novas classes, do modo de produção que sucederá o existente. Assim, por exemplo, sob o feudalismo, além das duas classes fundamentais (senhores feudais e servos), encontram-se ainda camponeses livres (restos da comunidade primitiva) escravos (restos da escravidão) e os representantes das classes correspondentes já ao modo de produção capitalista: a burguesia e o proletariado. Por sua vez, na sociedade capitalista existe ainda o campesinato (restos do feudalismo), que se desagraja e se diferencia, vindo principalmente engrossar as fileiras do proletariado, assim como existem camadas sociais, como a intelectualidade.

As contradições entre as classes conduzem inevitavelmente a uma luta de classes dos explorados contra os exploradores. A luta de classes se apresenta sob três formas: econômica, política e ideológica. Sob o capitalismo, na medida em que avança a luta de classes, a classe operária cresce e se desenvolve. Concentrada nas grandes empresas, cujo número aumenta sempre, a classe operária adquire cada vez mais organização, consciência e disciplina. Eis porque os inimigos da classe operária procuram, por diferentes meios, impedir que se consolide a sua unidade e a sua organização. No processo da luta de classes, as classes sociais criam os seus partidos políticos. O Partido Comunista é o destacamento de vanguarda criado pelo proletariado como instrumento necessário para dirigir a luta pela sua libertação e a libertação de toda a sociedade.

A teoria marxista das classes e da luta de classes afirma a inevitabilidade histórica do desaparecimento das classes ao se extinguir a propriedade privada sobre os meios de produção e a humanidade atingir a fase superior do comunismo.

NOVA dos Partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

«Problemas da Paz e do Socialismo»

A 29 de agosto findo circulou em Praga o primeiro número da nova revista dos Partidos comunistas e operários — «Problemas da paz e do socialismo». O lançamento dessa publicação foi decidido numa reunião de partidos comunistas e operários, que teve lugar na capital tcheca em março deste ano. Trata-se de uma revista mensal de estudos teóricos e documentação. Lançada em várias línguas — inclusive o espanhol e o francês — «Problemas da paz e do socialismo» será posta à venda no Brasil.

Artigo de Duclos sobre a revista

«L'Humanité» (de 28 de agosto) divulgou um artigo de Jacques Duclos, Secretário do PC francês, sobre o aparecimento da revista mensal dos partidos comunistas e operários — «Problemas da paz e do socialismo».

Segundo Duclos, a revista, na sua tradução francesa, intitula-se «La Nouvelle Revue Internationnale», com o subtítulo «Problemas da paz e do socialismo».

Escreve Duclos sobre a nova publicação:

«Ela nos ajudará a acompanhar a prodigiosa marcha para a frente da União Soviética, os progressos consideráveis realizados pela China Popular e o avanço registrado por todos os países do campo socialista, quer dizer, este conjunto de acontecimentos que surpreendem os economistas do campo imperialista, perturbam suas pre-

visões e modelam a fisionomia de um mundo que se transforma». «Graças à «Nova revista internacional» — acrescenta Duclos — para nós, franceses, será mais fácil dar a conhecer aos camaradas dos Partidos irmãos a marcha dos acontecimentos em nosso país, da mesma forma que nós aproveitaremos melhor as experiências da luta da classe operária e das massas populares de outros países e, desta forma, ampliaremos os horizontes de nosso combate».

Reunião do CC do PC Francês

A 6 de setembro, realizou-se uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista Francês, com um único ponto da ordem do dia — «A situação política e as tarefas do partido na batalha do referendário». O informe será apresentado por Jacques Duclos. Trata-se do referendário-plebiscito que deve realizar-se na França em torno do projeto de Constituição do general de Gaulle. O PC francês vem esclarecendo o povo para dizer «NÃO» a esse projeto de Constituição, que constitui um atentado às liberdades democráticas e aos direitos dos trabalhadores franceses.

«Páginas de uma grande vida»

O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ofertou ao CC do Partido do Trabalho da Coreia e ao CC do Partido dos Tra-

balhadores do Viet-Nam cópias do filme «Páginas de uma grande vida», documentário relativo à atividade do fundador do comunismo científico, Karl Marx.

Contra o imperialismo ianque no Viet-Nam

O Comitê Central do Partido Democrata do Viet-Nam, por ocasião do décimo-terceiro aniversário da revolução de agosto no país, dirigiu uma carta aberta aos industriais, homens de negócio e intelectuais do Viet-Nam, conclamando-os a unir suas forças contra o imperialismo dos Estados Unidos e seus lacaios do Viet-Nam do Sul.

A carta acrescenta que o imperialismo norte-americano intervém no Viet-Nam do Sul, tornando-o dependente dos Estados Unidos.

«Kol Haam» e a resolução árabe

O órgão de imprensa do Partido Comunista de Israel, «Kol Haam», comentando a resolução proposta pelos países árabes e adotada pela Assembleia geral extraordinária das Nações Unidas em relação ao Oriente Médio, diz que a mesma representou uma derrota política e moral dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. A resolução, acrescenta o jornal, foi também uma derrota da política de Israel, orientada pelos imperialistas, de ajuda direta aos intervencionistas, permitindo a seus aviões voarem sobre o território de Israel.

Confie o Governo na Força do Povo E Não se Deixe Intimidar Pelos Trustes

Aprovada por unanimidade, ao se instalarem os trabalhos, uma moção que reafirma as convicções nacionalistas do proletariado carioca — "Que se unam tôdas as forças patrióticas na luta pela emancipação do Brasil" — Amanhã, a solenidade de encerramento

A II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, que está se realizando e deverá encerrar-se amanhã, constitui uma marcante vitória do movimento sindical. As Comissões eleitas pela Convenção vêm trabalhando ativamente, debatendo as numerosas propostas apresentadas. O encerramento da Convenção, amanhã, às 20 horas, no IAPC, terá lugar numa solenidade para a qual foram convidadas, além dos dirigentes sindicais, numerosas personalidades políticas.

Na sessão de instalação do importante conclave foi aprovada, por unanimidade, a seguinte moção:

«Ao povo e aos trabalhadores brasileiros:
Ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário:
Reunimo-nos mais uma vez, para tratar dos nossos interesses. Mas, não limitamos o objetivo de nossa reunião à conquista de nossas reivindicações e à defesa e ampliação de nossos direitos. Damos o melhor

Continúa a Passo de Cágado a Elevação do Salário Mínimo

O processo de revisão dos níveis de salário mínimo continua se arrastando. As autoridades a quem está afeta a matéria somente com muita lentidão vão dando os passos necessários à concretização da medida. Primeiro foi a questão da reestruturação das Comissões, levada à prática com uma morosidade enervante, sendo que a do Distrito Federal apenas nos últimos dias do mês de agosto teve designação o seu presidente. Assim, as Comissões já em condições de trabalhar, nada de útil puderam fazer por não ter à sua disposição os dados oficiais sobre o custo de vida. Isso apesar de o governo dispor de órgãos de estatística permanentes e que deveriam estar aparelhados para fornecer esses dados a qualquer momento.

O vice-presidente da República, sr. João Goulart, prometeu o novo salário-mínimo para antes do Natal. No entanto, o despacho proferido pelo presidente da República, relativo ao processo do SEPT que lhe foi submetido pelo ministro do Trabalho, concedendo o prazo de cento e vinte dias para a elaboração dos estudos e cálculos necessários à fixação dos novos níveis salariais, indica a possibilidade de que os trabalhadores não sejam beneficiados com os novos

salários antes de 1959. De quem a responsabilidade? Do presidente que fixou prazo tão longo para a conclusão dos estudos, ou do SEPT que somente agora lhe enviou o processo? De qualquer forma, essa responsabilidade está dentro do governo, o qual, seja através do Executivo ou dos outros órgãos a que esteja afeta a matéria, demora injustificavelmente em determinar as medidas necessárias.

A boa vontade manifestada em palavras é, assim, negada em prática.

O amadurecimento da consciência social dos trabalhadores e o nível atingido por suas lutas não permitem mais que lhes sejam negados frontalmente os seus direitos. Mas, o atendimento dos mesmos costuma ser protelado ao máximo.

Além disso, para confirmar o que dizemos, os projetos de lei retidos na Câmara dos Deputados e no Senado, como o que regulamenta o direito de greve, o da Lei Orgânica da Previdência Social, o Plano de Classificação dos Servidores Públicos e outros. Além do exemplo das reivindicações dos marítimos do Lóide e da Costeira, cujo pagamento, muito tempo depois de autorizada a verba, somente foi iniciado mediante a disposição dos trabalhadores de paralisarem o trabalho, manifestada através dos sindicatos e da sua Federação. Enquanto isso, os preços sobem livres de quaisquer entraves burocráticos, até mesmo com a eficiente ajuda da COFAP e das suas congêneres, como aconteceu com o aumento do preço do leite, para o qual se procurou a justificativa no "lock-out" dos produtores, porque seria demasiadamente escandaloso comosá-lo em brancas nuvens.

As entidades sindicais e os trabalhadores de modo geral sentem a necessidade de estar vigilantes a fim de impedir que prossigam as manobras protelatórias em relação à revisão do salário-mínimo e à aprovação dos projetos de lei que prevêm melhorias das quais não podem continuar prescindindo. O exemplo recentemente dado pelos marítimos é uma lição que deve ser aproveitada.

dos nossos esforços, não medimos sacrifícios, para elevar cada vez mais a economia de nosso país.

Em tôrno desses pontos, temos conseguido uma sólida união, ao lado de uma patriótica colaboração com o governo, na realização de seu programa de contínua construção nacional.

Oferecemos nossa força unida e a atuação de nossos organismos sindicais para a realização dessa obra. Baseamos nossa constante cooperação nas ações vitoriosas em que já nos empenhamos: Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, crescente indústria automobilística, novas fontes nacionais de energia elétrica, ampliação da indústria de cimento, etc. Nesses empreendimentos se encontra o braço do trabalhador e a proficiência dos técnicos patrióticos. Elevaremos cada vez mais, nossa cooperação a fim de que os objetivos que devemos alcançar sejam obra comum de todos os brasileiros.

Temos, pois, o direito de reclamar e insistir pelo melhor entendimento entre nossas forças e a de todos os patriotas, de tôdos os nacionalistas que atuam em tôdas as camadas sociais, para que se fortaleçam nossos laços de mútua compreensão na continuidade de uma ação patriótica e emancipadora de nossa terra.

A véspera de mais um aniversário da independência política — de nossa magna data — elevemos nosso pensamento e prestemos um juramento solene: Haveremos de realizar a nossa grande missão histó-

rica, de ser a força aglutinante do movimento de libertação econômica e política de nossa pátria!

Não podemos permitir que toquem em nossa Petrobrás, na hora em que ela vai seguindo seu caminho vitorioso. É uma questão de honra do povo brasileiro. Queremos a expansão das indústrias de construção naval, ferroviária, automobilística, aumento do nosso progressivo parque industrial. Queremos o aumento e a expansão da nossa indústria siderúrgica. Queremos a exploração estatal dos minerais atômicos. Enfim, queremos as metas e os objetivos, que são de toda a nação e do povo brasileiro.

Após-se o governo em nossa força, em nosso povo unido, nas forças progressistas e nacionalistas e terá realizado o programa que prometeu à Nação. Preserve a unidade nacional, mantendo as liberdades públicas, os direitos sindicais e a Constituição. Não se deixe vencer ou intimidar pelas dificuldades ou ameaças dos trustes internacionais. Lute pela paz universal, pelo florescimento da indústria, da ciência a serviço da humanidade.

A nossa II Convenção será encerrada à véspera do 7 de Setembro, quando o povo e as forças armadas estiverem se preparando para elevar o pensamento e afirmar em praça pública sua fé nos destinos do Brasil. Fizemos coincidir o final do nosso conclave com essa data, no propósito de unir nossa força a de todo o povo.

Assim, com essa unidade, constituiremos uma força viva, atuante, invencível, que romperá todos os obstáculos que se antepõem à conquista da nossa tão almejada emancipação e bem-estar!

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1958.

Aeroviários e Aeronautas Aprovam Patriótica Declaração de Princípios

Entre os dias 27 e 30 de agosto último, realizou-se no Distrito Federal o I Congresso dos Trabalhadores na Aviação Comercial. O conclave, a que compareceu cerca de uma centena de delegados, representando 13 Estados, debateu problemas específicos dos trabalhadores na aviação comercial e questões ligadas à luta geral do povo brasileiro pelo progresso e a democracia.

AS SESSÕES DE INSTALAÇÃO E DE ENCERRAMENTO

Na sessão de instalação do Congresso estiveram presentes o sr. Fernando Nóbrega, ministro do Trabalho, Dário Azambuja, diretor do DAC, Gilberto Coerakt de Sá, representando o vice-presidente da República, sr. Alirio Sales Coelho, diretor do DNT, Deocleciano Cavalcanti e Ary Campista, presidente e vice-presidente da CNTI, Huberto Pinheiro, presidente da Confederação Nacional dos Bancários, Giovanni Romita, presidente do Sindicato dos Gráficos, o deputado João Machado e numerosas outras personalidades e dirigentes sindicais. O ministro Fernando Nóbrega abriu os trabalhos fazendo uma saudação aos congressistas. Falaram ainda os srs. Otton Caffedo Lopes, orador oficial do Congresso, Gilberto Coerakt de Sá, transmitindo uma saudação do vice-presidente da República, e outros oradores.

Na sessão de encerramento, além de outras autoridades e dirigentes sindicais, compareceram o representante do general Teixeira Lott, ministro da Guerra, o vice-presidente da República, sr. João Goulart, o ex-senador Luiz Carlos Prestes,

Debateram, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores na Aviação Comercial, os problemas específicos da corporação e questões ligadas à luta geral de nosso povo pelo progresso e a democracia

o vereador Raimundo Magalhães Júnior. Fizeram uso da palavra vários congressistas em nome das delegações das diversas regiões do país, o presidente da CAPFESP, o vereador Raimundo M. Júnior, Luiz Carlos Prestes e João Goulart.

REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS

O Congresso estudou diversos problemas, tomando resoluções acerca dos mesmos. Nas sessões plenárias, os debates transcorreram animados, chegando os delegados à unidade em tôrno das soluções encontradas.

Quanto às reivindicações específicas dos trabalhadores do ar, o conclave tomou importantes resoluções no que se relaciona com a regulamentação profissional, segurança da voo, direito de greve, previdência social, etc.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

O desenvolvimento independente da economia nacional, a criação da indústria de material aeronáutico, a defesa da nossa soberania e das liberdades democráticas foram também objeto de ampla discussão no Congresso. As resoluções tomadas a respeito acham-se consubstanciadas na seguinte Declaração de Princípios:

Os aeroviários e aeronautas, reunidos no seu Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores da Aviação

Comercial Brasileira, não poderiam deixar de dar o máximo de sua atenção aos seus problemas específicos, não deixando, porém, de lado, os problemas gerais da sociedade brasileira, pois, como parte integrante desta mesma sociedade, julgam ser um imperativo de consciência participar de sua vida, lutando de maneira decidida para que o governo se oriente por uma política de caráter nacionalista e democrática, capaz de resolver as questões que entram no desenvolvimento da Nação brasileira.

Por isso, reconhecendo nas teses apresentadas ao Congresso e nele aprovadas, como sendo o desejo unânime de aeroviários e aeronautas, se manifestam de maneira clara e decisiva pela seguinte declaração de princípios do Primeiro Congresso dos Trabalhadores da Aviação Comercial Brasileira, onde se tem:

- 1 — Contra a vinda da Lockheed Air Service para explorar os serviços de manutenção de aviões ou qualquer outro no território nacional;
- 2 — Frontalmente contrário ao sistema de contratos de empregados por prazos determinados, conforme está sendo posto em prática por empresa de aviação no Brasil;
- 3 — Pelo monopólio estatal das empresas de telecomunicações e energia elétrica, e de industrialização de nossos minerais radioativos;

- 4 — Pela nacionalização imediata dos capitais estrangeiros investidos na aviação do país;
- 5 — Pela industrialização do país, livre de capitais estrangeiros, quando estes venham a concorrer de maneira desleal com as indústrias e firmas genuinamente nacionais;
- 6 — Por amplas relações comerciais, culturais e diplomáticas com todos os povos do mundo;
- 7 — Pela defesa e ampliação das liberdades democráticas expressas em nossa Constituição, não permitindo o retrocesso no desenvolvimento da democracia brasileira, pois sabemos sobremodo que seremos justamente os trabalhadores os primeiros atingidos pelas medidas de exceção;
- 8 — Pela elevação dos preços de nossas matérias-primas de exportação;
- 9 — Contra os acordos militares, o Ajuste de Fernando de Noronha, ou alienação de qualquer parte do território nacional;
- 10 — Pela criação de uma pre crescente unidade de aeroviários e aeronautas de todos os trabalhadores bem como da fraternidade universal dos assalariados como fator preponderante da conquista das nossas reivindicações e garantia de um mundo de liberdade, progresso e paz;
- 11 — Pela intocabilidade da Petrobrás, empresa que deverá também monopolizar a distribuição de seus produtos;
- 12 — Reforma agrária imediata e progressivamente;

O FOGUETE DO CORVO

(CONCLUSÃO DA 3ª PAG.) de "intenção a ressaltar" ou de "vocação a respeitar". Entretanto o Caminhão do Lixo exige tiradas sensacionalistas, que impressionem os basbaques do Clube da Lanterna. Ultimamente, o Corvo anuncia o lançamento da Voz do Silêncio, arma secreta que se destina "a contrabalançar em parte a censura do rádio e da TV". A arma, espécie de foguete interplanetário de Cabo Canaveral, já se encontraria pronta. Acrescenta o Corvo que "o governo está procurando por todos os meios saber em que consistirá a Voz do Silêncio". Como um truão de feira, Lacerda levantou a ponta do véu. Mas a decisão da Justiça eleitoral sobre o acesso dos candidatos ao rádio e à TV estragou o efeito de "suspense" da nova mistificação.

A União Dos Servidores Municipais do D. F. e a Defesa Dos Interesses do Funcionalismo



Os vários sacos, umas lixoiras dos edifícios, ou ao descarregar o lixo recolhido pela cidade, eles trabalham praticamente sem proteção. Não se trata apenas de recolher as imundícies e despejá-las dos bairros. Os precários recursos existentes exigem que o servidor da Prefeitura trabalhe no meio do lixo.

Os servidores municipais do Distrito Federal estão congregados em 28 entidades de classe. Em busca de uma maior unidade para as lutas do funcionalismo e por iniciativa da União dos Servidores Municipais em conjunto com o Club Municipal e o Centro dos Oficiais Administrativos, essas 28 entidades uniram-se criando a Coligação das Sociedades de Servidores Municipais. Nesta reportagem queremos abordar alguns aspectos das lutas do funcionalismo do Distrito Federal, focalizando a União dos Servidores Municipais que tem sido vanguardeira no levantamento e defesa das reivindicações desses trabalhadores.

A União foi fundada a 30 de julho de 1918. Seu 40º aniversário foi comemorado no mês findo com um programa de festividades. Surgiu com o Sindicato Cooperativista de Servidores Municipais, transformando-se depois em União dos Operários Municipais, adotando finalmente o nome atual. Tendo surgido com o caráter de beneficência e ajuda mútua, a União sempre concedeu vantagens dessa natureza aos seus associados. Atualmente, entre outras coisas, dá aos seus sócios efetivos um benefício mensal quando licenciados para tratamento de saúde, inclusive auxílio caso necessitem ausentar-se do Distrito Federal por esse motivo, auxílio funeral de 15 mil cruzeiros aos beneficiários de todos os associados falecidos, auxílio para aquisição de material escolar para os filhos dos associados no início de cada letivo, etc. Além disso, a União concede facilidades aos que queiram fazer seguro de vida, seguro contra acidentes pessoais, etc.

Conquistando o direito de lutar

Antes de 1918, a União não podia envolver-se nas lutas pelas reivindicações econômicas. Isso tornou-se especialmente difícil a partir de 1937. Os servidores públicos não tinham direito a reivindicar qualquer melhoria dos poderes governamentais. O artigo 177 da Constituição do Estado Novo proibia-lhes a mais leve manifestação nesse sentido. Mas a luta contra o fascismo agigantava-se em todo o mundo e o povo brasileiro também se incorporava a ela. Reunindo-se na Liga de Defesa Nacional (Seção dos Servidores Municipais), os trabalhadores levaram a efeito uma campanha de grande repercussão contra o dispositivo reacionário da Consti-

De entidade de beneficência a combativo órgão pelas reivindicações gerais — Contra o artigo 177 da Carta Fascista de 1937 — Conquista do Abono de Natal e de aumento de vencimentos — Derrotando a «Tabela Mendes de Moraes» — A vitória dos adicionais — Não atende aos interesses dos servidores o Plano de Classificação que se encontra na Câmara — Pela reforma do Montepio — Prática condenável da Prefeitura — Insalubridade nos serviços de limpeza urbana ★ Reportagem de LUIS GHILARDIDI

te Vargas revogou o artigo 177 da chamada "Polaca".

Aumentos conquistados

Os servidores conquistaram assim o direito de lutar pelas suas reivindicações, mas não envolveram nisso imediatamente a sua União. Lutando ainda sem servir-se dela, conquistaram o abono de Natal em 1945 e aumento de vencimentos em 1946, aumento esse obtido em maior percentagem para os que ganhavam menos. Em 1947, novo aumento de vencimentos foi conquistado, desta vez em luta contra a "Tabela Mendes de Moraes", a qual estabelecia um aumento de 200 a 300 cruzeiros aos que percebiam menores vencimentos, enquanto premiava com milhares de cruzeiros os altos funcionários. Também desta vez a vitória dos servidores foi completa, sendo derrotada a referida tabela.

Novas vitórias

A partir de então, a União dos Servidores passou a tomar a frente das lutas. Em 1951, por lei municipal foi conquistado o abono de Natal para 5 anos consecutivos. Foi conseguida uma redução do desconto para o Montepio, que o antigo diretor pretendia elevar de forma exagerada, e obtidas melhorias dos auxílios funeral, natalidade e nupcial.

da, e obtidas melhorias dos auxílios funeral, natalidade e nupcial.

Prolongou-se por vários anos a luta iniciada em 1947, quando o executivo municipal solicitou à Câmara de Vereadores a criação da Superintendência dos transportes. Esta medida criava novos cargos públicos e beneficiava o pessoal do serviço burocrático, preterindo os demais trabalhadores. Os servidores fizeram apresentar um projeto de Lei que tomou o número 66, modificando o que criava a Superintendência dos Transportes e estabelecendo melhoria também para os artefices desse serviço, o projeto 66 foi aprovado, mas, para não cumprir a nova Lei o prefeito conseguiu da edilidade uma outra anulando as prerrogativas que a Lei 66 assegurava aos servidores e ainda tirando-lhes as gratificações em folha. A União entrou com ação em juízo contra a Prefeitura. De toda essa luta contra as manhas e artimanhas do executivo municipal os servidores conseguiram a estruturação dos artefices com o pagamento dos atrasados a partir de 1949. Para os Servidores do Departamento de Tuberculose foi conquistado o pagamento de 30 por cento de taxa de insalubridade.

No período em que foram alcançadas estas conquistas, a União foi alvo de violência — teve sua sede invadida, associados presos, — mas nada disso deteve a luta dos servidores.

Uma outra vitória importante foi a transformação dos trabalhadores "horistas" em extranumerários-mensalistas. Esses operários, que são vários milhares, percebiam o salário-mínimo — na ocasião 2.400 cruzeiros e estavam sujeitos às leis trabalhistas (pagavam ao Instituto, etc). Mas quando tinham que recorrer à Previdência Social ou reclamar quaisquer outros direitos, não eram atendidos nessas repartições por serem trabalhadores da Prefeitura. Transformados em extranumerários-mensalistas tiveram os seus salários elevados para 6 mil cruzeiros, com todas as regalias dos servidores públicos.

A conquista dos adicionais

A remuneração adicional de acordo com o tempo de serviço é uma reivindicação antiga dos servidores. O Plano de Classificação do Funcionalismo Municipal que se encontra na Câmara prevê essa medida, mas de uma forma tal que na prática só daqui a 20 anos os adicionais seriam pagos. Assim, a sua conquista, alcançada durante o corrente mês, embora devam ser pagos somente a partir de julho de 1959, não deixa de ser uma expressiva vitória. Os adicionais serão constituídos do acréscimo de 15 por cento sobre os vencimentos para os servidores com mais de 20 anos de serviço, e 25 por cento para os que contam mais de 25 anos.

Também vêm sendo obtidas da Prefeitura melhorias de natureza assistencial. As-

sim é que foi criada a Superintendência das Obras do Hospital dos Servidores da Prefeitura, em cujo Conselho Fiscal a União dos Servidores participa com dois dos seus membros. Já foi desapropriada uma área de terreno junto ao Hospital atual, a fim de ampliá-lo. Os servidores descontam 1% dos seus salários para estas obras e no Banco da Prefeitura estão depositados, em conta bloqueada, 103 milhões de cruzeiros a elas destinados. Há todo um plano de descentralização dos serviços de assistência, com criação de ambulatórios nos bairros, clínicas especializadas, serviço médico de urgência, etc. A melhoria do serviço de assistência é urgente pois em certos casos o funcionário para conseguir ser atendido precisa chegar de madrugada ao hospital.

Classificação

Da mesma forma que os seus colegas federais, os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal necessitam da classificação. Aliás, essa é uma reivindicação do funcionalismo de quase todo o Brasil. Há um anteprojeto de Plano de Classificação enviado pelo Executivo Municipal à Câmara. Nêle estão previstas medidas de interesse do funcionalismo. Acaba com as promoções por merecimento (que são quase sempre de natureza política — apadrinhamento) e corrige outras injustiças existentes. No entanto, o anteprojeto possui uma falha capital com a qual não podem os servidores concordar de modo algum: cria uma categoria de "empregados" da Prefeitura, sujeitos às Leis Trabalhistas, congelados num quadro extra sem nenhuma das vantagens criadas pelo Plano. A essas condições ficariam reduzidos os trabalhadores da maioria dos serviços prestados pela municipalidade, mesmo os de caráter permanente. Por isso os servidores lutam por um substitutivo ou por emendas que alterem profundamente o Plano, corrigindo essa e outras injustiças.

Reforma do Montepio

Como participantes da Coligação das Sociedades de Servidores, na qual tem o cargo de vice-presidente, a União Municipal colaborou na elaboração de um Plano de reforma do Montepio que já foi remetido ao Executivo Municipal. Se aprovado sem emendas que o desfigurem, o Plano trará para os servidores apreciáveis vantagens. A pesada joia que vem sendo exigida será eliminada, as famílias numerosas perceberão pensões até 100% dos vencimentos dos seus chefes, as pensões mais baixas não serão inferiores a 50% e o auxílio funeral será transformado num pecúlio igual a 6 vezes os vencimentos do funcionário.

A União luta pela efetivação do Serviço de Subsistência Reembolsável, segundo o qual a Prefeitura deverá fornecer ao funcionalismo mercadorias a preço de custo com desconto em folha. Já exis-

te Lei nesse sentido desde 1952, mas o projeto que a regulamenta se encontra engavetado na Secretaria da Agricultura, segundo declarou em debate na sede da União o sr. Hugo Dourado, membro da comissão encarregada da dita regulamentação.

Quando da última reestruturação cerca de 3.500 trabalhadores extraordinários não foram aproveitados nas funções que vinham exercendo, como é de direito. Em consequência, ao invés de serem classificados na letra "G", ficaram na letra "D", com uma diferença para menos, nos salários, de 1.500 cruzeiros. De acordo com o Estatuto do Funcionalismo, os extranumerários com mais de 5 anos de serviço devem ser equiparados, para todos os efeitos, aos servidores efetivos. Mas, como esse direito também não está regulamentado não vem sendo respeitado. Em vista disso, a União dos Servidores deu entrada em juízo com uma ação visando obrigá-la a Prefeitura a premiar todos os extranumerários efetivados com duas letras de acesso.

Prática condenável

Existe na Prefeitura uma prática condenável, que consiste em admitir ao serviço profissionais sob diversas designações, a fim de não pagar-lhes os salários a que fazem jus os seus congêneres de carreira, e há os "motoristas adjuntos" e "auxiliares". O trabalho é o mesmo, mas os "adjuntos" e "auxiliares" percebem vencimentos de acordo com os padrões das letras "C", "D" e "E", enquanto que a carreira de motorista se inicia na letra "F". Isso era contrário ao artigo 40 da Lei orgânica dos municípios, e, baseados nesse artigo, funcionários, como os controladores, funcionários da renda imobiliária e outros, recorreram em juízo contra tal prática, obtendo ganho de causa. Depois disso, o Congresso Nacional alterou o artigo 40 da Lei orgânica, certamente por pressão do Executivo Nacional inclusive, a fim de não dar mais base para as justas reclamações do funcionalismo.

No momento, a União está empenhada em fazer respeitar os direitos dos motoristas admitidos como "adjuntos" e "auxiliares".

Proibidos de ganhar mais

A Prefeitura do Distrito Federal possui cerca de 70 mil funcionários. Ao contrário do que se afirma, não é um número excessivo para uma municipalidade que executa muitos dos seus próprios serviços. A cidade de Nova York, que tem sido utilizada muitas vezes em comparações desairosas para o Rio, segundo teria afirmado o seu prefeito, que nos visitou recentemente, possui cerca de 200 mil funcionários, além de que muitos dos seus serviços, como limpeza urbana, são entregues a empresas particulares. (CONCLUI NA 11ª PÁG.)

Acontecimentos da Vida SINDICAL

- ◇ O Pacto de Unidade Intersindical, de São Paulo, resolveu dar apoio à luta iniciada pelo bispo de Santo André visando a reforma da lei de falências de modo a atender os interesses dos operários. De acordo com a atual lei, em casos de falência os direitos dos trabalhadores vêm em 5º lugar.
- ◇ Os Conferentes do porto de Porto Alegre conquistaram 60% de aumento nos seus salários após uma paralisação do trabalho pelo espaço de 2 horas. O aumento afastou a ameaça de greve geral no país.
- ◇ Os portuários de Recife, sujeitos ao regime de salário mínimo, exigem que lhe seja concedido o aumento salarial prometido desde 1957.
- ◇ Em São Paulo foi homologado acordo de aumento de salário entre o Sindicato dos trabalhadores do gás e a Companhia empregadora.
- ◇ Além dos bancários, que lutam por aumento de salário em todo o país, também estão em campanha salarial, em São Paulo, os vidreiros, trabalhadores em calçados, trabalhadores na indústria do açúcar, gráficos e operadores de cinema.
- ◇ No próximo dia 16 deverá ser julgada no Distrito Federal, na Justiça do Trabalho, questão envolvendo o atendimento de reivindicações de marítimos de empresas particulares, na importância de 20 milhões de cruzeiros. A maior que se tem conhecimento no país.
- ◇ Os sindicatos de professores do país ameaça entrar em greve, caso até o próximo dia 13 não seja efetuado o pagamento da suplementação devida aos professores pelo Fundo Nacional do Ensino Médio, que se acha em atraso.
- ◇ A Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, aprovou o projeto, oriundo do executivo da mesma cidade, reestruturando o funcionalismo municipal. Os aumentos serão concedidos a partir do mês de julho passado e as diferenças salariais de julho e agosto deverão ser pagas durante o mês de setembro.
- ◇ O deputado Ilacir Pereira Lima apresentou projeto de lei à Câmara dos Deputados, criando o Fundo Social do Desemprego, destinado a atender as necessidades dos trabalhadores dispensados até que consigam novo emprego.

(Conclusão da Pág. Central)
As forças entreguistas conspiram contra a Constituição, contra a democracia. Estamos certos disso. Sabemos que preocupa muito aos monopólios imperialistas o processo democrático ora em curso em nossa terra. Ligamos, mesmo, a visita do sr. Dulles ao Brasil e esse processo, ao interesse de buscar uma maneira de interrompê-lo, porque os monopólios re-

A Unificação do PTB, PSP...

conhecem e sabem que enquanto houver liberdade de manifestação do pensamento, o direito de greve, enquanto o Parlamento funcionar será muito difícil romper o monopólio estatal do petróleo, liquidar com a Petrobrás ou conquistar outras concessões econômicas no Brasil.

fôrça política invencível no país inteiro. Estamos convencidos de que, através da campanha eleitoral, as relações

Apoio a Ademar e Porfírio

Ao apoiar as candidaturas dos srs. Ademar de Barros e Porfírio da Paz, nós comunistas, lutamos com toda decisão, com toda energia, com toda convicção pela derrota daquela candidatura que, segundo nossa opinião, representa as forças da reação e do entreguismo. E é nesse sentido que iremos às grandes massas para convencê-las da necessidade de participar do pleito, de utilizar o voto para derrotar o entreguismo e assegurar a 3 de outubro uma vitória espetacular das forças nacionalistas em São Paulo e, simultaneamente,

entre essas três correntes poderão se estreitar, poderão se consolidar e que assim daremos um passo considerável no sentido da consolidação do movimento nacionalista no Brasil.

Ademar de Barros exaltado

(Conclusão da Pág. Central)
ralidade que foi apregoadada aos quatro ventos pela imprensa, pelo rádio e pela televisão. Relembro apenas que o mesmo governo que está no Estado já esteve na Prefeitura, e, na administração de um meu antecessor, o Departamento Jurídico da Municipalidade moveu um processo muito sério contra os atuais "depositários de todas as moralidades". Eles

não compreendem a justiça para enfrentar o processo. Oprimam-se, escorregando untuosamente pelas facetas dos irritantes pontuais das imundices. Foram acusados... mas fugiram ao processo. Quem não deve nada... Casos recentes, talvez, que estouraram e esterreceram o público, devem ser trazidos para considerações das massas da nossa gente...

Entreguismo e as eleições

Mas os imperialistas e seus agentes não tratam somente de preparar conspirações e de golpear diretamente a democracia. Durante esses últimos quatro anos, todas as tentativas nesse sentido não tiveram êxito porque as forças nacionalistas são cada dia mais poderosas no seio do Exército principalmente. Imperialistas e entreguistas buscam também, através do próximo pleito eleitoral conquistar posições, consolidar certas posições, aumentar o número de seus agentes no Parlamento Federal e nas Assembleias Estaduais e particularmente eleger governadores de Estado comprometidos com essas forças. Isso se dá particularmente hoje em três Estados. Para nós, que acompanhamos a atividade política desses últimos meses, em torno do pleito eleitoral de 3 de outubro, estamos convencidos que particularmente nos Estados de Pernambuco, São Paulo e do Rio Grande do Sul, as forças golpistas, reacionárias, ligadas aos monopólios fazem imensos esforços para eleger seus representantes, homens de sua confiança, comprometidos com essas forças golpistas.

Sabemos que o sr. Carvalho Pinto conta com o apoio das forças golpistas, da ala mais reacionária da UDN. Conta com o apoio de Carlos de Lacerda e de um jornal tão importante quanto o «O Estado de São Paulo» que tem uma posição muito definitiva. Vocês sabem que diariamente o «O Estado de São Paulo» ataca o monopólio estatal do petróleo e afirma que é indispensável a saída do general Teixeira Lott do Ministério da Guerra para que seja possível, realmente, interromper o processo democrático em curso em nossa terra. Esta posição e esta preocupação com que os agentes do imperialismo participam das eleições constituem um ensinamento para todos os patriotas, que devem compreender quais seriam as consequências de uma vitória dessas forças no pleito eleitoral de 3 de outubro. A vitória dessas forças e dos candidatos comprometidos com essas forças golpistas e reacionárias significaria um retrocesso democrático, abriria todas as possibilidades para a liquidação do monopólio estatal do petróleo, para a entrega das riquezas nacionais aos trustes. Possibilitaria também a desvalorização do cruzeiro, através de uma reforma cambial de caráter reacionário, que levaria o governo a tomar medidas contra o desenvolvimento da indústria nacional, medidas que impedissem a defesa da indústria nacional e que prejudicariam sem dúvida alguma as grandes massas trabalhadoras e levariam ao congelamento de salários e a uma série de medidas reacionárias que interessam diretamente a todos os trabalhadores.

O Anticomunismo é Uma...

(CONCLUSÃO DA 8ª PÁG.)
para o regime fascista que, se vingasse, seria o solo fértil para a burocracia, a corrupção e outras atividades antipopulares, em favor de um punhado de aventureiros. O PCI, juntamente com o povo indonésio, combaterá esta política de pessoas de memória curta e cabeça quente, política que fornece oportunidades para golpes e atividades extra-parlamentares. Sim, essa política atrasaria de meio século a luta pela independência do povo indonésio. O povo e os comunistas indonésios mantêm-se firmes na sua convicção de que, por pior que a democracia possa ser na prática, ela é muito melhor do que o fascismo.

ficava que no espaço de dois anos o PCI passou do quarto para o primeiro lugar entre os partidos em todo o país. Comparando os votos do PCI nas eleições parlamentares (6.176.900) vemos que houve um aumento de 2.087.400 ou sejam 34 por cento em todo o país. Esse crescimento prova que a política do PCI é aceita por camadas cada vez mais amplas do povo indonésio, o que demonstra que os comunistas lutam por bons objetivos. Os resultados das eleições para assembleias legislativas em Java, Sumatra do Sul, Kalimantan do Sul e Kalimantan Oriental reforçaram ainda mais as forças democráticas e do PCI dentro e fora das assembleias regionais.

O PCI, o primeiro partido da Indonésia

Os resultados provisórios das eleições para as assembleias locais de 2º grau, realizadas em várias regiões (Java, Sumatra do Sul, e Rian) garantem para o PCI cerca de 7.760.000 votos. Os votos obtidos nas eleições parlamentares, nas regiões onde ainda não se haviam realizado eleições para os governos locais de 2º grau, atingiram a 504.300. Isto significa que os eleitores do PCI em todo o país somarão 8.264.300. Tendo em vista que a votação dos outros grandes partidos decresceu, isto signi-

Os resultados dos votos dados ao PCI, nas eleições das assembleias locais em Java e outras regiões, é a prova viva de que o povo indonésio não segue mais os desejos dos imperialistas comandados pelos EUA., não está mais de acordo com os desejos dos líderes do Massjumi-PSI nem dos rebeldes separatistas Husein, Siafruddin e seus associados. O dr. Hatta e dos nacionalistas da direita. O povo indonésio está na linha do PCI, com os nacionalistas revolucionários com a concepção do Presidente Sukarno, com a Revolução de Agosto de 1945, com a democracia e com os interesses nacionais da Indonésia. O povo indonésio inclina-se para a esquerda, colocando-se na mesma direção do desenvolvimento dos povos de todo o mundo, onde se processa uma inclinação para a esquerda.

ALIVIO DAS FINANÇAS

P. — Acha que a vitória das forças populares e nacionalistas em São Paulo e outros Estados influirá para aliviar a situação financeira e facilitar o livre desenvolvimento da economia nacional?

balho revertam para a nossa gente. Já por diversas vezes me manifestei a respeito da Petrobrás, que os entreguistas querem destruir. Realizações como Volta Redonda nos dão bem a medida do que poderemos fazer pela emancipação econômica da Pátria. Quanto à triticultura, que, junto com o petróleo, é um terrível consumidor de divisas, todos sabem o que eu fiz no meu governo para desenvolvê-la no Estado, trabalho esse postergado pelos meus sucessores. Sem qualquer jacobinismo, neste mundo atual de aproximação dos povos, através dos rápidos meios de comunicação, devemos ter uma legislação minuciosa e enérgica para garantir sempre a retenção no país, dos lucros que aqui se fazem. Não devemos fechar as nossas portas aos que se dediquem aos supremos interesses nacionais desde que as inversões sejam reguladas por uma legislação que garanta, antes a calma de tudo, a defesa e a proteção da economia brasileira.

R. — Respondo pela afirmativa. A coesão das forças populares incentiva o es-

BALANÇA DE PAGAMENTOS

P. — Como eliminar o "deficit" da nossa balança de pagamentos? Pelo aumento das exportações, a expansão comercial em novos mercados e o desenvolvimento de planos de produção como o da Petrobrás, da Companhia Nacional de Alcalis e da Triticultura brasileira, visando a economizar divisas? Inversões que levassem os lucros obtidos por monopólios estrangeiros com a exploração de riquezas nacionais não agravariam a nossa situação cambial?

de ser um movimento global, com o apoio de todas as forças vivas e populares da Nação. No caso vertente, é indispensável uma política exterior independente, isto é, só firmar acordos de trocas quando os interesses nacionais estiverem perfeitamente resguardados, no nosso contacto com qualquer Nação do mundo.

R. — O problema é complexo, sem dúvida alguma. A solução para as complicadas questões abordadas por esta pergunta só deve ser, realmente, dada por uma comissão de peritos que tenham passado, previamente, pela rigorosa triagem do nacionalismo. Mas é óbvio que temos de dar incremento nunca visto às realizações nacionais na manufatura, nos campos ou na exploração do sub-solo. E, isso, é patente, de maneira tal que os lucros obtidos pelo nosso tra-

POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE

P. — Pode-se concluir de suas declarações anteriores que o senhor apoiaria, como governador de São Paulo, uma política exterior independente?

R. — Não é a primeira vez nem a última que afirmo que devemos caminhar, definitivamente, para a nossa emancipação econômica. Tem

Em Pernambuco, trata-se do sr. Etelvino Lins e do sr. Cordeiro de Farias, que dominam no Estado e que empregam todas as armas, desde a corrupção até a interferência mais descarada nos tribunais eleitorais para assegurar a vitória de seu candidato. O candidato dessas forças em Pernambuco é o sr. Jarbas Maranhão, pessoa muito digna, contra a qual nada podemos dizer, mas que assume compromissos com os golpistas e reacionários. O mesmo se dá em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Unificação das forças nacionalistas

Nessas condições, nós, comunistas, que lutamos pela unificação de todas as forças patrióticas, nacionalistas e democráticas e vemos em alguns partidos, pelas suas manifestações, forças políticas importantes, que através da campanha eleitoral deviam unir as suas forças, durante esses últimos meses empenhamos novos esforços no sentido dessa unificação. Assim é que vemos no PTB um partido que levanta a bandeira nacionalista, das liberdades democráticas e dos interesses dos trabalhadores. Em geral no país inteiro temos procurado marchar com o Partido Trabalhista. Assim acontece em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e agora em São Paulo. Outro partido de base popular e cujos dirigentes têm também defendido posições nacionalistas é sem dú-

vida alguma o Partido Social Progressista, de grande influência em São Paulo.

Estamos convencidos de que a unificação dessas três grandes correntes políticas, como o PTB, o PSP e a corrente comunista (já que não posso falar no Partido Comunista, ainda ilegal, mas que tem existência e que tem influência no proletariado e nas grandes massas trabalhadoras de São Paulo), e uma vitória eleitoral dessas correntes em 3 de outubro, constituirão um grande passo adiante, no sentido da consolidação do movimento nacionalista, constituirão uma grande vitória dos patriotas e uma derrota do imperialismo. Uma vitória em 3 de outubro dessas forças determinará uma modificação na correlação de forças políticas a favor do nacionalismo e da democracia.

A posição do Partido Socialista

Lamentamos que um partido que, em âmbito nacional, tem tido posições nacionalistas e cujos dirigentes, também em âmbito nacional, defendem posições nacionalistas, como é o Partido Socialista Brasileiro, aqui em São Paulo, evidentemente por algum equívoco dos seus dirigentes, tenha se inclinado justamente para o candidato das forças da reação e do golpismo. Estamos certos, no entanto, de que a unificação dessas três grandes correntes poderá determinar a vitória

do movimento nacionalista em São Paulo, poderá levar à derrota do candidato ligado às forças entreguistas e reacionárias. E é por isso que resolvemos apoiar decididamente a candidatura dos srs. Ademar de Barros e do general Porfírio da Paz, o governador e vice-governador do Estado. Em torno desses homens é que se tornou possível a unificação dessas três grandes correntes políticas que unidas em São Paulo, poderão avançar no sentido de uma unificação em âmbito nacional e constituir uma

AJUDE
VOZ OPERÁRIA
FAZENDO UMA
assinatura!

VOZ OPERÁRIA
Diretor
Mário Alves
MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 - Tel.: 42-7344
ASSINATURAS:
Núm. avulso 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00
Aérea ou soz registro, despesas à parte:
Núm. atrasado 5,00
SUCURSAL
PORTO ALEGRE - Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

A União dos Servidores...

(CONCLUSÃO DA 10ª PÁG.)
res. É claro que excluímos de apreciação, aqui, o aspecto do "filhoísmo", do protecionismo político. Pois estes são exatamente os que não trabalham. E sua demissão nenhuma falta faria. A grande maioria dos Servidores públicos do Distrito Federal percebe vencimentos inferiores a 7 mil cruzeiros. As voltas com a elevação do custo da vida, precisam de aumento de salários. No entanto, por lei, são proibidos de ganhar mais do que os servidores federais. Por isso acompanham com grande interesse a luta do funcionalismo federal pela classificação com aumento, ao mesmo tempo que se preparam para apresentar a sua própria reivindicação nesse sentido.

O artigo 140 do Estatuto do Funcionalismo do Distrito Federal estabelece o pagamento de gratificação "pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde". No entanto, um grande número de operários municipais executam serviços evidentemente insalubres, sem que tais gratificações lhe sejam pagas e mesmo sem que lhe sejam fornecidos instrumentos de proteção quando em serviço. É o caso, entre outros, dos trabalhadores da Limpesa Urbana que, principalmente nas lixeiras dos prédios de apartamentos e nos vazadouros onde é depositado o lixo, trabalham submetidos a grandes perigos.

Outras lutas

A Prefeitura é rigorosa na aplicação da lei quando esta é contra os interesses dos servidores, mas ignora e até burla-a quando os favorece.

Da mesma forma, os que trabalham nas galerias de drenagem e nas obras de cabotagem e pavimentação, principalmente onde é empregado o asfalto. Fazer cumprir a lei, nestes e em outros casos, é problema que deve merecer a atenção da União dos Servidores Municipais e demais Sociedades coligadas.

INTENSIFICA-SE nos últimos dias a campanha eleitoral no Distrito Federal. Multiplicam-se as faixas, os cartazes, os pequenos comícios em bairros, às portas de fábricas, nos pontos de concentração popular, as reuniões em salas, clubes, associações, organizações sindicais.

Como era de se prever, a população carioca está dando uma viva demonstração de atividade política, apesar dos prognósticos em contrário. O contingente eleitoral no Rio não diminuiu, embora fosse mais complexo o processo de alistamento eleitoral.

Disposição das forças políticas

No Rio, como em todo o país, não obstante a multiplicidade de partidos e agrupamentos políticos, delinea-se cada vez mais claramente a divisão das principais forças políticas em choque. De um lado formam os nacionalistas e de outro os antinacionalistas ou entreguistas abertos. Em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Social Progressista (PSP) e dos comunistas, além do PSB, se concentram as principais correntes nacionalistas. As forças reacionárias, dissimuladas ou declaradamente entreguistas (estes últimos são cada vez mais raros) se congregam em torno da União Democrática Nacional (UDN) e seus apêndices (sobretudo Partido Libertador — PL).

Em torno de problemas concretos

Esta definição de posições se tornava inevitável. Nos últimos anos cresceu e se ampliou extraordinariamente no país o movimento nacionalista. Questões candentes da atualidade vieram à tona e reclamaram atitudes claras, particularmente depois dos acontecimentos de 1955, quando os golpistas da UDN e seus acólitos tentavam impedir a marcha da democratização do país e obstar a posse do presidente eleito. De então para cá, o problema do petróleo, dos minérios atômicos, da energia elétrica, em suma, a defesa da independência nacional ante o imperialismo norte-americano, não puderam mais ser ignorados pelas forças políticas, pelos diferentes partidos. E estes problemas continuam em debate não só na imprensa carioca, que os vive dia a dia, mas também em acontecimentos como a eleição da diretoria

do Clube Militar, de organizações estudantis, de sindicatos operários.

E uma vez que estas questões estão em foco, torna-se mais difícil enganar o eleitorado, principalmente quando este eleitorado — e isto ocorre particularmente no Distrito Federal — não está mais amarrado a chefes políticos (como ainda acontece em muitas zonas do interior do país), se encontra a braços com assuntos concretos da sua existência e da vida nacional e acompanha interessadamente o desenrolar dos acontecimentos internacionais. A parte ativa da população carioca está em dia com a atuação dos diversos partidos no Congresso, na Câmara Municipal. segue atentemente a conduta política deste ou daquele senador, deputado ou vereador.

E na medida em que se educa politicamente, o habitante do Rio — o centro da vida política do país — aprende a melhor escolher o seu candidato a um pósto eletivo. Isto não significa que muitos ainda não se enganem na escolha. E daí a necessidade de esclarecer a maior parcela do eleitorado, de ir ao seu encontro, de mostrar claramente a disposição das forças políticas que disputam seu voto.

A UDN e seus pró-homens

Qual tem sido, por exemplo, a posição da UDN ante os problemas referidos: petróleo, eletricidade, minérios atômicos, ou na defesa dos direitos dos trabalhadores? Estas questões, ninguém ignora, são inseparáveis do amplo movimento nacionalista que hoje empolga milhões de brasileiros.

O DISTRITO FEDERAL ELEGERÁ

Lutero Vargas Para o Senado

★ SÉRGIO MAGALHÃES, BENEDITO CERQUEIRA, WALDYR SIMÕES E OUTROS CANDIDATOS NACIONALISTAS PARA A CÂMARA FEDERAL

★ POR UMA COMPLETA RENOVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

★ DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS NO D. F.

A UDN e seus dirigentes se têm comportado nestas questões como uma força eminentemente reacionária. Para o líder da UDN na Câmara Federal, nacionalização do petróleo é "comunismo", falar em aumento do salário-mínimo para os trabalhadores, é "fazer o jogo dos comunistas". Porque Lacerda e demais líderes udenistas advogam cnicamente a entrega do petróleo brasileiro às companhias norte-americanas; não lhes interessa que os trabalhadores sofram as consequências da carestia de vida. Daí os desabridos ataques sistemáticos de Lacerda a homens como o general Lott, firmes defensores das riquezas naturais do Brasil, ante o assalto dos imperialistas americanos. Daí a campanha anticomunista diária de Lacerda, porque os comunistas se encontram na grande frente de luta nacionalista e para ela contribuem com todas as suas forças.

Lacerda-Arinos-Pena Boto

Além disso, Lacerda, Afonso Arinos e companhia são impenitentes golpistas, precursores abertos da derrubada do atual governo, como foram os arquitetos de um golpe contra a sua posse depois de novembro de 1955. Não podemos esquecer que ao lado do famigerado maniaco do anticomunismo, que é esse almirante de opereta Pena Boto, no cruzador "Tamandaré", em sua malograda aventura golpista, em fins de 1955, estava Carlos Lacerda, o atual líder da

UDN na Câmara de Deputados. E, junto a Pena Boto e Lacerda, se encontrava o "teórico" udenista, o reacionário aristocrata mineiro Afonso Arinos de Melo Franco.

Um fascista: Padilha

Outro pró-homem da UDN é hoje o sr. Raimundo Padilha. E todo o Brasil sabe que Padilha foi um dos mais destacados chefetes integralistas das hostes do sr. Plínio Salgado. Padilha tem seu nome para sempre gravado nas páginas do Livro Azul norte-americano, lançado durante a guerra, como um dos que apontavam navios brasileiros aos submarinos de Hitler. Hoje, com a ausência do sr. Juraci Magalhães do Rio, em campanha para governador da Bahia, o mesmo Raimundo Padilha ocupa o cargo de Presidente em exercício da UDN.

As forças nacionalistas

E através de Lacerda, Padilha, coronel Cortês e outros se organizou no Rio uma sociedade tipicamente fascista, o Clube da Lanterna. Contra a UDN e seus apêndices se levantam as poderosas e crescentes forças políticas que congregam a massa popular: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Progressista (PSP) e os comunistas. Já formam também, no Rio, os socialistas (PSB). O programa eleitoral destas forças é um programa eminentemente nacionalista. Corresponde aos mais sentidos anseios da independência nacional, do progresso do Brasil e do bem-estar do povo brasileiro.

Os nacionalistas que se apresentam ao eleitorado carioca com o apoio destas forças políticas são defensores intransigentes da PETROBRAS da ELETROBRAS, dos minérios atômicos. Advogam firmemente uma política de defesa do preço do nosso principal produto de exportação, o café, ante as manobras baixistas dos norte-americanos. São favoráveis à extensão do comércio do Brasil a todos os países, quebrando assim o monopólio americano do nosso comércio exterior. Estas forças se batem e se baterão por todos os meios em favor de melhores salários e mais humanas condições de vida para o trabalhador carioca — o operário, o funcionário público, o empregado do comércio, o bancário, o securitário, o autárquico.

Alguns candidatos

A aliança destas três principais forças populares do Rio tem todas as possibilidades de derrotar, nas eleições ao Senado pelo Distrito Federal, o candidato reacionário da UDN, o sr. Afonso Arinos. Para isso, propõem-se a eleger o candidato do PTB, PSP e dos comunistas, sr. Lutero Vargas. O sr. Lutero Vargas segue uma linha nacionalista, podendo assim unificar forças de orientação ideológica diversa mas que têm de comum entre si a salvaguarda dos postulados nacionalistas, que se consubstanciam na defesa firme da independência nacional.

Podem perguntar: por que os comunistas não apolam o sr. João Mangabeira, candidato socialista, ou

o sr. Mozart Lago, um democrata? Na verdade, estas duas candidaturas, apesar das qualidades pessoais dos srs. Mangabeira e Lago, vão contribuir apenas para dividir forças, favorecendo o sr. Afonso Arinos, o candidato reacionário da UDN. E, portanto da máxima importância apoiar, entre os candidatos democratas, aquele que tem melhores possibilidades de derrotar o sr. Arinos. Este é o caso do sr. Lutero Vargas.

Para deputados

Como candidatos à Câmara Federal, figuram conhecidos nacionalistas como Sérgio Magalhães, Benedito Cerqueira, Waldir Simões, (todos do PTB), além de outros.

O sr. Sérgio Magalhães tem se destacado como parlamentar, na Frente Parlamentar Nacionalista, sendo um dos mais eficientes membros da bancada carioca na Câmara. Conta com importante setor do funcionalismo público em seu apoio.

O sr. Benedito Cerqueira é um destacado dirigente sindical, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do DF. Sua atuação não se limita ao sindicato, sendo um elemento ativo na política geral da classe operária.

O sr. Waldir Simões é o presidente do Instituto dos

Marítimos, onde desfrutou de amplo prestígio por sua atividade em favor dos trabalhadores desse numeroso setor.

São todos candidatos que defendem os princípios nacionalistas, que na sua vida pública se têm revelado combatentes decididos pelos direitos e reivindicações dos trabalhadores e do povo.

Candidatos à Câmara Municipal

A Câmara Municipal do Distrito Federal é sempre objeto de lutas políticas acirradas por parte de todas as correntes e partidos. É natural que assim aconteça. Sendo o Rio o centro político do país, é também, como grande cidade, uma URBS onde se acumulam problemas nacionais e locais. É uma cidade cuja população cresce em ritmo acelerado, sobretudo devido à imigração procedente do campo, criando assim novos problemas, como o da habitação, abastecimento de água, serviços públicos em geral (transporte, entre outros).

A Câmara Municipal do DF necessita assim de uma composição que corresponda às exigências da população carioca. E, neste sentido, precisa renovar-se radicalmente, melhorar sua atual representação, que não satisfaz de forma alguma às exigências do eleitorado.

As Mudanças no IBC Põem em Risco a Política do Café

A pressão sobre o governo visando a modificação na política de defesa do café — nosso principal produto de exportação — se intensificou nestes últimos meses, particularmente com a substituição do sr. José Maria Alkmin na pasta da Fazenda. Esta semana, com o encontro entre o presidente da República e uma comissão de cafeicultores paulistas, à frente o sr. Jânio Quadros, a anunciada «Marcha da Produção» e a reunião da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, essa pressão tomou corpo.

Coroando tudo isto, afastando-se da presidência do IBC o sr. Paulo Guzzo, sendo imediatamente nomeado para o cargo o sr. Renato da Costa Lima, presidente da Sociedade Rural Brasileira, ex-funcionário de empresas do grupo Rockefeller e defensor de radicais modificações na atual política do café. Essa notícia, por si só, provocou a queda nas cotações de nosso café na Bolsa de Nova Iorque, queda que alcançou o teto máximo permitido em cada sessão, de 200 pontos, ou sejam 2 cents por libra-peso.

Apesar da nota distribuída à imprensa pelo gabinete do ministro da Fazenda, tem-se que esses acontecimentos prenunciam o início de uma reviravolta do governo em sua política cafeeira. Colocando à frente do IBC o sr. Renato da Costa Lima, logo depois do sr. Lucas Lopes condenar veementemente a política de «exportar pouco mas por altos preços», o sr. Juscelino Kubitschek parece querer enveredar por um caminho bastante perigoso.

Não resta dúvida que muitas das reivindicações pleiteadas pelos cafeicultores nacionais, como garantia de preço mínimo, financiamento, ampliação do mercado interno e conquista de novos mercados no exterior, são perfeitamente justas. Daí, porém, à mudança radical na política do café, que tem por base a defesa e estabilização dos preços no mercado internacional, vai um abismo.

As forças nacionalistas devem estar alertas e vigilantes, não permitindo com sua luta, que tais modificações venham a se realizar. O que está em risco não é apenas o café — o que já seria motivo para sérias apreensões, mas a própria economia e independência nacional.

Mensagem de Aniversário a Armando Ziller

Ao conhecido líder bancário e ex-deputado Armando Ziller, os redatores de VOZ OPEÁRIA enviaram um telegrama de saudação pela passagem de seu quinquagésimo aniversário natalício.

«Trabalhadores da Redação e Administração de VOZ OPEÁRIA — diz o telegrama — felicitamos cordial e calorosamente o presado companheiro e amigo pelo seu cinquentenário e lhe desejamos muita saúde para prosseguir com o mesmo entusiasmo a luta pela nossa grande causa comum. — Mário Alves, Almir Matos, Orlando Bonfim, Rui Facó, Pedro Motta Lima, Fragomen Carlos Borges, Jacob Goreneder, Paulo Motta Lima, Henrique Cordeiro, Luís Ghilardi».

General Teixeira Lott:

«TEREMOS NOS MESMOS DE EXPLORAR O QUE É NOSSO»

As tentativas dos círculos entreguistas de liquidar o monopólio estatal do petróleo vêm encontrando a enérgica oposição de todos os patriotas, inclusive dos setores nacionalistas que existem no seio do próprio governo. Figura das mais representativas desses setores é o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra.

Nas últimas semanas, fez o general Lott diversos pronunciamentos em defesa da Petrobrás, desmascarando assim as manobras dos agentes do imperialismo que, a pretexto do «exemplo argentino», e sobretudo depois da passagem em nosso país do sr. Foster Dulles, mostram-se particularmente insistentes em sua campanha antinacional pela entrega do nosso petróleo à Standard Oil.

Em sua recente visita à refinaria de Cubatão, em São Paulo, o general Teixeira Lott foi taxativo ao mostrar o que significa a Petrobrás para o Brasil. Considerou-a então, «um dos pilares em que repousa a emancipação econômica do Brasil». E, depois de ouvir a palestra pronunciada pelo coronel Adolfo Rocca Diegues, presidente da Refinaria de Cubatão, assinalando o acerto da política nacionalista para o petróleo, afirmou o ministro da Guerra:

«É uma demonstração evidente de que a solução adotada pelo Brasil para o problema do petróleo foi a mais acertada».

PELA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS BRASILEIROS

Ainda nessa oportunidade, após manifestar a convicção de que a produção petrolífera brasileira continuará se ampliando, declarou o general Teixeira Lott, chamando a atenção para a importância da formação de técnicos nacionais:

«A refinaria é uma escola de primeira ordem para que o Brasil se desenvolva no campo da ciência, um laboratório que propiciará à Petrobrás não ter que tropeçar nos obstáculos iniciais. Ninguém serve melhor o Brasil que os brasileiros. O estrangeiro não tem o coração do técnico brasileiro para a solução dos nossos problemas».

Nesse mesmo dia, em entrevista coletiva à imprensa paulista, o general Lott desmentiu a versão veiculada pelo «Journal of Commerce», dos Estados Unidos, de

que estavam sendo estudadas modificações na política petrolífera do nosso país. Disse então o ministro da Guerra não haver razões para tais modificações, não passando a notícia de conjecturas infundadas do jornal norte-americano.

RISCOS DA NOSSA SOBERANIA

Na última semana, usando da palavra na solenidade de colação de grau dos alunos do CPOR de Belo Horizonte, o ministro Teixeira Lott voltou a expressar, com energia, os seus pontos-de-vista nacionalistas, em relação ao problema do petróleo. afirmou S. Excia.:

«Teremos nós mesmos de explorar o que é nosso, em nosso benefício, porque não poderemos admitir que outros o façam em nosso lugar, com o sacrifício de nosso progresso e risco, até, da nossa sobrevivência como povo livre e soberano».

As declarações do general Teixeira Lott vêm repercutindo intensamente no seio da opinião pública, tendo sido justamente saudadas pelo movimento nacionalista e por todos os verdadeiros patriotas.

